



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0003/AM/10, de 30-06-2010

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, nesta Cidade de Pombal, na sede da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Louriçal, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia José Alves Grilo Gonçalves, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Vieira Cordeiro, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Gabriela da Silva Santos, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Pedro Francisco Pires Brilhante, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Sandra Isabel dos Santos Ferreira António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Remodelação/Ampliação da ETAR de Pombal - Declaração de Interesse Municipal para efeitos de Enquadramento no Regime Jurídico da REN;

Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Constituição de Juizes Sociais - Biénio 2010-2012 - Decreto Lei n.º 1566/78, de 30 de Junho;

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Boavista, Freguesia de Redinha;

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Outeiro do Louriçal, Freguesia do Louriçal.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

O Senhor Presidente da Assembleia dirigiu as seguintes palavras aos presentes:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Uma palavra de carinho muito especial para o povo desta terra que veio até aqui, para ouvir e ver como funciona um Órgão Democrático que, afina, não é só das pessoas importantes, é de toda a gente.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Junta, ao Sr. José Neves, a ideia que teve de nos abrir as portas, e ao Pedro Santos, que é Secretário da Junta e desta Associação, e que foi incansável na organização deste trabalho.

Ao Sr. Presidente da Associação Cultural e Desportiva do Louriçal, Sr. José Manuel Gonçalves, muito obrigado por de nos receber na sua casa, muito obrigado por emprestar a esta Associação o carácter de respeitabilidade e de dignidade, porque é um organismo do povo, onde o povo se junta e onde o povo pode discutir os seus problemas e encaminhar os seus problemas, quando necessário para os órgãos autárquicos. Refiro-me ao Sr. Presidente da Junta e ao Sr. Presidente da Câmara e aos órgãos eleitos pelo o povo.

A todos vós, muito obrigado por aqui estar, desejo-vos uma boa sessão, uma boa reunião e que isto fique, realmente, para a história do Louriçal.”

De seguida, deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências:

Eleitos pela lista do PSD – João Manuel Carreira da Conceição Coucelo e Guilherme Manuel Gameiro Domingues, que apresentaram justificação para as suas faltas, e ainda Sandra da Silva Palhais.

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, a qual foi distribuída previamente pelos Membros da Assembleia, colocando-a a discussão, não se verificando qualquer inscrição.

Colocada a acta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com cinco abstenções, por ausência na sessão anterior.

1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido os boletins da Associação Nacional de Municípios, que estão ao dispor de todos os membros, no Gabinete de Apoio à Assembleia.

Informou ainda, ter recebido duas Moções que foram aprovadas na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, de que alguns elementos desta Assembleia fazem parte, sendo uma sobre a distribuição de energia eléctrica às empresas e famílias da região, e a segunda sobre o apoio à abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil, as quais ficam acessíveis a quem as quiser consultar.

1.3 - Intervenções na generalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Cordeiro, cuja intervenção se segue:

“Obrigado por poder intervir, e faço-o como deputado eleito pelo Louriçal.

Gostaria, efectivamente, de indagar o Senhor Presidente da Câmara sobre o andamento de alguns projectos que, na minha opinião pessoal, são importantes para a nossa Freguesia.

Louriçal é uma terra temperada, dinâmica, bastante humilde e muito trabalhadora.

Por aqui habitam 5.000 habitantes e somos a 2ª maior Freguesia do Concelho de Pombal, motivo, como município e deputado, pelo qual reclamo uma atenção especial e reservada sobre a mesma.

Todos sabemos que o crescimento económico e social está nas mãos do poder político, dos Governos e dos Municípios.

Pretendo alertar o Município, precisamos de olhar com alguma responsabilidade para alguns projectos que temos abordado e que têm sido motivo de debate entre os munícipes, porque é forçosamente necessária a passagem do projecto à sua realização.

Somos uma Freguesia que conta com um número elevado de atletas, distribuído por diversas colectividades e modalidades, os resultados são sobejamente conhecidos pelas pessoas, e inclusivamente, por termos um clube privado que dá cartas no futsal, a nível nacional, refiro-me à equipe do futsal do Instituto D. João V, que tem impulsionado a modalidade entre os nossos jovens, no entanto, a prática deste desporto, e de outros, não reúnem, ainda, condições necessárias.

A 1ª questão que deixava é como é que está a correr o processo da construção do nosso esperado gimnodesportivo?

Possuímos, também, felizmente, um tecido empresarial grandioso, responsável pelas centenas de salários que mensalmente sustentam muitas famílias da nossa freguesia, desde o agricultor ao mecânico, o construtor e o pedreiro, os comerciantes, os industriais, ou seja, os pequenos industriais e os grandes, vão ajudando a crescer esta Freguesia, fixando pessoas, investindo, pagando os seus impostos, mas todos sabemos que temos vindo a perder terreno desta matéria porque hoje as empresas já não podem estabelecer-se na garagem ou no terreno anexo à habitação, o parque empresarial é fundamental ao crescimento da nossa Freguesia, ao aumento de novos residentes e à melhoria da qualidade de vida.

Até há pouco tempo não teríamos condições viárias interessantes, hoje, o Louriçal é o centro do Concelho e diria, até, que é quase o centro do País.

Pretendia perguntar ao Sr. Presidente, como está a correr a condução do nosso projecto do Parque Industrial?

No passado mandato, foi possível melhorar e requalificar a nossa bela Vila do Louriçal, com as contradições que houve, as discordâncias todas que existiram, o Louriçal, hoje, está mais bonito e, quem nos visita, encontra-nos mais organizados, limpos e arrumados, no entanto ainda hoje é bastante complicado para alguns cidadãos circular na Vila, ao sabor dos sinais de trânsito.

Desde longa data que aguardamos a circular externa, que sai da rotunda sul até perto das instalações actuais da Junta de Freguesia, gostávamos saber como está a decorrer este processo e quais são os entraves que estamos a ter com ele?

Também gostava de aproveitar para perguntar, como é que vamos resolver a questão do pontão da Estrada Nacional 342, junto à escola primária, que está a congestionar o trânsito, é difícil circular e, ao Domingo, mais complicado ainda.

Para terminar, dizer que, como pai, chefe dos escuteiros do Louriçal e como cidadão, tenho imensas preocupações ambientais e acredito que todos nós, nesta sala, também partilhemos desta opinião, o futuro dos nossos filhos depende certamente do que fazemos hoje e, é uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

responsabilidade que amanhã nos será imputada, por isso, perguntar para quando vamos ter o saneamento básico e completo na Freguesia?”

Tiago Galvão, cuja intervenção se segue:

“Gostaria de, em meu nome e em nome desta Bancada Socialista, felicitar o Vereador Pedro Pimpão pelo seu mais recente cargo no seio da JSD. O Vereador Pedro Pimpão foi eleito Presidente Distrital da Juventude Social Democrata, desejo, em meu nome e em nome desta Bancada, que este cidadão Pombalense tenha sucesso e que não deixe de se concentrar na juventude deste concelho, resolvendo os problemas que ainda nos afectam.”

Fernando Silva, que fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Eu quero, aqui, hoje, manifestar alguma alegria pela assinatura de um protocolo no passado dia 5, que vem enriquecer o Concelho.

Refiro-me à acção que a Misericórdia da sede do Concelho teve, e que fez com que este Concelho possa vir a estar dotado de uma Unidade de Cuidados Continuados.

Sabemos que é uma unidade que aparece em consequência de alguma crise social, de alguma falta de capacidade das famílias em poderem acolher os seus familiares. Esta obra virá reflectir um aumento da capacidade, no Concelho, em termos de número de camas.

Quero aqui louvar a acção que a Misericórdia teve, sabemos que são instituições dependentes de subsídios e de verbas. Penso esta obra irá ter uma participação visível, por parte da Câmara e que esta também possa ter capacidade financeira para colaborar, esperando que a Misericórdia que neste momento já dá apoio à comunidade, possa continuar a ter o lar de terceira idade, a pré e que venha a ter esta Unidade de Cuidados e que possa continuar a dizer que é proprietária das instalações de um Hospital que se espera possa vir a ter outras condições que não existem neste momento.

Há algumas ideias de que poderia não ser necessário construir-se uma Unidade de Cuidados Continuados nova, portanto, penso que haverá aqui de haver algum cuidado para que esta obra não venha, de algum modo, substituir aquilo que se pretende para a Cidade e que é a melhoria das instalações do Hospital.”

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“E porque estamos na Freguesia do Louriçal, esta Bancada gostaria de aproveitar a oportunidade desde já, para louvar, muito particularmente, a iniciativa e o empenho da Junta de Freguesia do Louriçal e dos Louriçalenses, que se uniram para a defesa dos interesses, não só da sua Freguesia mas também de outras Freguesias do Concelho, no que concerne à questão das falhas de energia eléctrica, que toda a gente conhece e que tem atingido toda a gente, não só nesta Freguesia mas nas restantes do Concelho.

Na verdade, esta Junta de Freguesia e bem assim alguns Louriçalenses, uniram-se, fizeram circular um abaixo-assinado, o qual começou a circular no dia 26 de Fevereiro, precisamente uma altura crítica em que se faziam sentir muitas quebras de energia causando grandes transtornos para toda a gente.

Esse abaixo-assinado passou a circular desde essa altura e depois veio a ser apresentado, em Abril, já com 1100 assinaturas, o que representa cerca de 25% da população da Freguesia. Foi apresentado, não só junto da EDP, mas também junto do provedor dos clientes e, também, junto do Ministério que Tutela esta matéria.

A verdade é que, para além disto, fruto também dos grandes problemas que eram manifestados aqui, no Concelho, a RTP, no dia 28 de Fevereiro, fez um directo de Pombal, manifestando, precisamente esses problemas de falha de energia, potenciando também as reivindicações das pessoas do Concelho de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para além disso, os próprios Louriçalenses, não só a junta de Freguesia mas, particularmente, alguns comerciantes e industriais da Freguesia, preocupados com os transtornos, fizeram também chegar à televisão, aos meios de comunicação social, os seus problemas de falha de energia e o programa “Nós por Cá” veio fazer uma peça que foi transmitida em Abril e que também ajudou a dar alguma força a estas reivindicações.

Entretanto, curiosamente, em face de todas estas diligências, a EDP veio a responder, e veio a responder de uma forma positiva, já que informou que pretende investir cerca de € 700.000,00 no reforço da rede, ora bem, isto é um caso que consideramos exemplar, em que as pessoas puseram de parte qualquer cariz político que pudesse haver e uniram-se, portanto, em união de esforços conseguiram alcançar objectivos que são importantes para todos, não só para a sua Freguesia mas também, para outras Freguesias do Concelho, designadamente, Almagreira, que é também uma das mais afectadas.

É por isso, também, que hoje temos aqui a Moção que a Comunidade Intermunicipal fez aprovar no sentido de melhorar as condições do serviço da EDP, pena foi que, na Assembleia Municipal que se realizou no dia 26 de Fevereiro, precisamente na altura em que se vivia o problema, e que se realizou em Almagreira, que é também uma das Freguesias mais afectadas pelos cortes de energia, que a bancada do PSD, na pessoa do seu excelentíssimo líder, que eu respeito imenso, não tenha querido associar-se a uma proposta que foi apresentada por um deputado desta Bancada e que, por acaso é do Louriçal e vivia o problema real, todos os dias.

Era uma proposta que visava, tão somente, reunir forças para conferir ao Sr. Presidente ainda mais força para intervir junto da EDP, não visava, de forma nenhuma, pôr em causa o desempenho do Sr. Presidente da Câmara, que nos informou nesta Assembleia que tudo tinha feito para conseguir levar a EDP a resolver estas questões.

O que é certo é que foi o esforço da população que veio alcançar estes objectivos e que teria sido muito bom que se tivesse conseguido pôr de parte, enfim, as ideias de politiquice e as pessoas se tivessem concentrado numa proposta que visava, tão somente, o interesse de todos nós.”

Nascimento Lopes, cuja intervenção se segue:

“Vou falar de assunto que é extremamente importante, sobretudo para os residentes no Barrocal, Caseirinhos e lugares limítrofes. Refiro-me ao acesso alternativo à Pedreira da Iberobrita.

Atendendo a que o percurso dos camiões que transportam inertes na Empresa Iberobrita, sediada na Serra de Sicó, se faz por dentro das localidades do Barrocal e Caseirinhos;

Atendendo a que em média passam, por dia, na ordem dos 500 camiões – hoje em dia não porque a crise também os afectou - resultando daí um sobressalto constante, quer no que diz respeito ao barulho, quer no que diz respeito ao pó, quer no que diz respeito à lama, quer, inclusive, infelizmente, no que diz respeito aos acidentes;

Atendendo a que esta situação já se arrasta há muitos anos sem que, até à presente data, este problema fosse solucionado;

Atendendo a que o actual Executivo da Junta de Freguesia de Pombal, em estreita colaboração com a Câmara e com a Administração da Iberobrita, tudo tem feito para que seja possível uma via alternativa à existente, houve uma porta aberta, por parte da Câmara, para esse efeito.

Foi instruída uma memória descritiva e justificativa de um projecto de viabilização para construção de uma via alternativa à actual do Barrocal e, para tal, seguiu, por parte da Câmara, do Sector dos Recursos Naturais, Departamento de Planeamento Urbanístico, para a CCDRC, em Abril p.p., um pedido de autorização para a construção de um acesso alternativo à Pedreira da Iberobrita, englobando neste pedido, também, a Pedreira da Sicó.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Meus Senhores, pasme-se, enquanto a CCDRC não diz sim nem não, mas “nin”, não se comprometendo, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, taxativamente, diz não, e vejamos as razões.”

De seguida leu o seguinte:

“Ao nível dos habitats da flora os impactos decorrerão de fraccionamento e da desafecção aos mesmos da área correspondente à implantação do acesso que, no caso, terá que ser contabilizada na base de uma plataforma equivalente ao acesso actualmente licenciado.

A dispersão de poeiras afectará igualmente toda a vegetação na envolvente do acesso, dependendo o grau de afectação do tráfego e do vento.

*De igual modo é previsível que o projecto venha a afectar a espécie *Lacerta schreiberi*, classificada como prioritária, bem como outra espécie de quirópteros com estatuto de ameaça elevada.*

Em virtude do projecto se localizar numa área calcária, na proximidade de três abrigos de morcegos, e pelo facto de o coberto vegetal ser constituído por bosques e matos mediterrânicos bem desenvolvidos, que correspondem a excelentes áreas de alimentação destas espécies, o pó na vegetação e o aumento considerável de sedimentos na ribeira, afectarão o habitat das espécies, neste caso dos morcegos.”

Ora bem, eu não tenho nada contra os morcegos, obviamente, acho que devem viver, acho que devem estar onde estão, acho que devem andar por onde devem andar. No entanto, eu lamento profundamente que, um parecer destes, valha mais que a defesa intransigente do bem-estar daquelas populações.

É lamentável que, de novo, os fundamentalistas tenham mais interesse por estes animais do que propriamente pela defesa intransigente daquelas populações, quer do Barrocal, quer dos Caseirinhos, quer dos lugares limítrofes.

Eu quero deixar bem vincada a minha repulsa por tudo isto, quero dizer-lhes com toda a minha ânsia, que aquela gente necessita urgentemente de ter aquele problema resolvido, aquela gente necessita rapidamente que alguma alternativa seja encontrada de modo a que eles deixem de ter o que, infelizmente, têm, como pó, lama e acidentes, mas por estas vias, por estes modos, por estes factos, nunca mais lá vamos.

Dizem-nos que deveríamos ter encontrado outra alternativa, bem mas isto já é uma alternativa actual, porque não consideraram esta alternativa, porque querem que a Câmara arranje mais alternativas, para as chumbarem, para dizer que não?

Meus caros companheiros, meus caros colegas autarcas, meus caros deputados, situações destas são lamentáveis, situações destas não levam a lado nenhum, ou melhor, levam a um lado contrário, que é destruir uma população que há muitos anos vive coberta de pó, vive no risco constante de acidentes e que, por uma mera casualidade, porque há morcegos, porque há animais que, segundo creio devem ser preservados, não ponho em dúvida isso, preferem preservá-los preterindo os habitantes daquelas localidades.”

Victor Gomes, que fez a intervenção seguinte:

“Em primeiro lugar queria dizer ao Senhor Nascimento Lopes que estou plenamente de acordo com ele e subscrevo tudo aquilo que disse. Como sabe, a nossa luta, em relação a isso, já é velha, já é antiga, portanto estou 100% a seu lado.

O assunto que me traz aqui, hoje, é outra coisa. É, novamente, a morte do peixe a jusante do Rio Arunca, em Pombal.

Chegou ao nosso conhecimento que foi apresentada queixa contra incertos, na GNR de Soure, no passado dia 26 de Junho, pelas 14H30.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A sua brigada ambiental foi averiguar, fez a recolha de análises, e sabemos também que vai ser dado procedimento a um processo que vai ser instaurado contra incertos, para verificar quem cometeu esta catástrofe ambiental.

Em segundo lugar, este é um acontecimento que não é virgem em Pombal, e basta recordar as notícias publicadas pelo Jornal Publico, em 28.06.2005, há precisamente 5 anos, coincidências, e verificar as justificações esfarrapadas da então Vereação do Ambiente.

Em terceiro, justifica-se a desconfiança de que, desta vez, os indícios apontam para causas semelhantes e, destas circunstâncias, impõem-se que o Executivo Camarário responda a algumas questões:

Primeiro - Quando foi efectuado o fecho das comportas do Rio Arunca de Pombal?

Segundo - Quais as providencias que foram tomadas para que, crimes ecológicos como os que ocorreram em 2005, não se repetissem?

Terceiro - Porque não foram fechadas as comportas mais cedo, quando existia maior caudal no rio?

Quarto - Quando adquire esta Câmara, consciência ambiental, de que o rio e as ribeiras são fontes de vida que tem que preservar e cuidar, e não poluir nem permitir que outros o façam?

Quinto - Que exemplos está este Município a dar aos seus munícipes?

A jeito de conclusão diria isto: Quem tanto se auto elogia em adjectivos de competência e de competência dos seus técnicos, afinal, o que acontece é que estes infelizes acontecimentos apenas revelam incúria, desleixo, incompetência, e muito pouco ou nenhum respeito pelos valores ecológicos que deviam preservar e fazer respeitar.

Isto é o que acontece no nosso Concelho. É recorrente e é sempre a jusante de Pombal, quando as comportas do Rio Arunca se fecham.

Algumas causas estão nestes acontecimentos, é preciso a Câmara o justifique, porque isto é causado pelo Município de Pombal.”

Pedro Brillhante, cuja intervenção se transcreve:

“Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia, não poderia deixar, em meu nome e em nome da JSD, de saudar o Senhor Presidente da Câmara e todo o seu Executivo pelo bom trabalho desenvolvido em prol da juventude Pombalense, ao longo de todos estes anos de governação.

Os jovens sabem que podem contar consigo para os ouvir, colmatar as suas necessidades e reconhecem a dedicação e interesse que tem demonstrado por todos nós.

Mas, Senhor Presidente, nem todos os que governam este País, tratam os jovens desta mesma forma, havendo mesmo um desleixo e falta de consideração, por parte daqueles que, por via dos cargos que ocupam, deveriam dar mais atenção às causas juvenis e aos próprios jovens.

Falando de forma mais concreta, esta Câmara Municipal, à semelhança do que tem feito em anos anteriores, enviou a sua candidatura ao Programa Voluntariado Jovem para as Florestas, promovido pelo IPJ, que, como sabem, é um Organismo tutelado pelo Secretário de Estado da Juventude e Desporto. Esta candidatura visa promover o voluntariado jovem e sensibilizar os mais novos para a importância da preservação das nossas matas e florestas.

Sendo Pombal um dos maiores Concelhos a nível Nacional, que compreende aproximadamente 400 km² de área florestal e matas, foram previstos seis projectos englobando todas as 17 Freguesias, onde seriam necessários 2 jovens voluntários por cada turno, ou seja, quatro jovens por dia, por cada Freguesia, o que dá um total de 68 jovens por Projecto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em resposta a este pedido, o IPJ considera que apenas são necessários 6 jovens por projecto, em vez dos 68 pedidos, o que, para um Concelho com a dimensão do de Pombal é, manifestamente, pouco.

A JSD considera que é uma atribuição medíocre sobre todos os aspectos.

O IPJ devia apoiar mais o voluntariado jovem e abrir mais vagas para o Concelho de Pombal, como é evidente.

Um outro caso é o programa OTL promovido também pelo IPJ. Este é um programa que visa a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens, que promove o contacto com algumas actividades profissionais, a participação social e cívica e, mais uma vez, o voluntariado jovem.

Todos os anos as candidaturas das entidades promotoras, entenda-se das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, são realizadas entre Maio e Junho, a tempo de os projectos estarem prontos a funcionar no final do ano lectivo.

Este ano, porém, o IPJ fez com que o prazo para a abertura das candidaturas se atrasasse até ao final do presente mês de Junho, o que vai implicar que os projectos só possam arrancar a dezanove de Julho, quando o terminus do ano lectivo, para a maioria dos anos escolares, foi a dezoito de Junho.

Este facto causa enorme transtorno, não só aos jovens, como às próprias famílias, sendo que as entidades promotoras, se pretenderem avançar, desde já, para a execução destes projectos, terão elas próprias de sustentar os custos e não serão reembolsadas no futuro.

É um caso evidente de incompetência e desleixo por parte de quem tutela este Órgão, não revelando nenhum sentido de responsabilidade na execução das suas funções.

Termino apenas, pegando nas próprias palavras do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, quando se referia às declarações dos jogadores da selecção nacional, ajustando-as a ele próprio:

É bom que fale menos sobre futebol e sobre a Selecção Nacional e que faça aquilo para que foi nomeado, o seu trabalho.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se transcreve:

“Nesta intervenção antes do período da ordem do dia quero aqui deixar, em nome do Partido Socialista de Pombal e em meu nome pessoal, os mais rasgados elogios a todas as colectividades desportivas deste concelho.

Aos atletas, aos dirigentes, aos sócios, enfim a todos quantos apoiam e sentem que é útil a pratica desportiva, quer seja na vertente competitiva quer seja na vertente lúdica. Na vertente competitiva não posso deixar passar esta oportunidade, e nesta Assembleia Municipal, para granjear e tecer os maiores elogios a algumas dessas colectividade.

Ao Sporting Clube de pombal, no futebol sénior, pela ascensão à 2.ª Divisão Nacional (lugar que lhe é de direito próprio), com um plantel recheado de jovens valores pombalenses e também no futebol juvenil com os êxitos conseguidos, nomeadamente no escalão de Iniciados que sobem à 1.ª Divisão Nacional.

Ao Instituto D. João V, pela época, a todos os níveis de excelência atingidos (e que fez com que o nome desta vila onde nos encontramos fosse e pelos bons motivos mais conhecida neste Portugal) ocupando um lugar de honra na classificação final do campeonato de futsal 2009-2010, secundada pela sua magnífica participação na Taça de Portugal de Futsal (curiosamente batido em ambas as competições pelos vencedores das mesmas).

Ao Atlético Clube de Vermoil, no atletismo, pelos jovens campeões nacionais e distritais que apresentou ao nosso país assim como pelo novo internacional nesta modalidade, Kevin Santos e ainda, muito mais pelo regresso à competição nacional, nomeadamente ao campeonato da 3ª



MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão Nacional – em pista ao ar livre, por clubes, com conseqüente subida à 2.ª divisão nacional. O feito alcançado, por esta colectividade, faz nos lembrar que internamente, será, é o tempo de equacionar dinamizar/construir uma valência desportiva condigna para o concelho, como é uma pista de atletismo de treino e competição ao ar livre.

Ao Núcleo Desportivo Amador de Pombal (NDAP) que obteve com os seus atletas feitos de registo nomeadamente no andebol, no karaté, na natação, no paintball, na ginástica acrobática e que se sagrou em basquetebol, vice-campeão nacional na Taça Nacional de sub-19 feminino, acrescido da boa prestação conseguida em sub-16, também femininas, sendo aqui campeãs da fase distrital alcançado assim mais um título distrital para o clube e para o concelho.

Ainda nesta modalidade, a presença honrosa do Basket Club de Pombal que se sagrou vice-campeão distrital na formação de sub-14 masculina.

Destaque maior no andebol feminino, para o Colégio João de Barros, das Meirinhas que obtêm um mui digno terceiro lugar na classificação final, conseguindo assim a sua melhor prestação de sempre no campeonato nacional de andebol feminino.

No futsal, dois destaques de vulto, o título distrital que a novel equipa da Casa do Benfica do Concelho de Pombal alcançou (sem derrota alguma) – com o efeito de antes ter sido campeã da Zona Norte do distrito. Numa época que era estreia e que para além do prémio colectivo arrecado, juntou o prémio individual do melhor marcador distrital – e, a conquista da Taça Distrital de futsal pela Associação de Anços/Redinha.

Realce também às vitórias conquistadas pelos atletas da Escola de Judo de Pombal nas mais variadas competições locais, distritais e nacionais em que está envolvida e com destaque para um campeão nacional escalão de juvenis.

É certo que não será obra do acaso tantas e tão meritórias conquistas mas certamente que há necessidade de ter em linha de conta outras facetas que devem ser acauteladas neste sector de formação e por que não dizer-lo de cidadania.

Um destaque forte e sentido a todos aqueles que não se tendo sagrado campeões, dão o seu melhor e participam nas conquistas daqueles outros que se participam nas conquistas daqueles outros que se sagram vencedores. Longe vão os tempos de que o desporto neste concelho se resumia ao futebol e masculino. Longe vão os tempos em que pouco ou nada existia para a pratica de um desporto. O Partido Socialista de Pombal, a seu tempo, deu e, continuará a dar sempre o seu contributo para o alcançar do êxito pessoal e colectivo. Para nós todos os homens são úteis à humanidade pelo simples facto de existirem e a força unida é mais forte.

Hoje, os pombalenses, podemos sentir orgulhosos destes nossos atletas que com maior facilidade, uns, com maior dificuldade, outros, tem a hipótese de levar o nome deste nosso concelho, Pombal, por este país fora, mostrando que por cá também temos os nossos campeões e respectivos lideres e não se é líder batendo na cabeça das pessoas, isso é ataque, não liderança.

Palavra final para a vertente lúdica do desporto concelhio, que embora sem uma competição “acesa”, acende a chama de muitos e muitos pombalenses. O BTT, o ciclismo, a orientação, o “fitness”, o golfe, o aerodelismo, o “quad cross”, o automobilismo enfim, um outro sem número de desportos que também por cá se vai fazendo e praticando. A todos eles também os meus, os nossos parabéns e uma palavra de incentivo e estímulo.

Uma caminhada inicia-se dando um primeiro passo.”

Carlos Cardoso, que usou da palavra como se segue:

“O assunto que me traz para esta intervenção, tem a ver com as obras do IC2.

Quem passa no sentido Redinha ou Pombal/Coimbra tem visto as obras de intervenção que têm sido feitas no IC2, com as entradas ou saídas arranjadas, o piso, etc.,



MUNICÍPIO DE POMBAL

Como nós estamos no norte do Distrito e do Concelho de Pombal, a população sente-se um pouco discriminada.

Queria solicitar ao Senhor Presidente que colaborasse como tem feito, no sentido de pressionar o Director de Estradas do Distrito de Leiria, no sentido de fazer as intervenções que se comprometeu realizar, connosco, já no local, e que, até hoje, ainda não foram feitas, com a desculpa de que as verbas eram escassas.

Neste momento, penso que essa desculpa já não existe, porque as obras estão a decorrer no Distrito de Coimbra e no Concelho vizinho de Soure e, como os custos das obras na minha Freguesia, no Distrito, ou no Concelho de Pombal, não são de grande monta, em virtude de nos termos proposto para a cedência dos terrenos necessários, gratuitamente, e dos materiais para fazer a entrada norte e sul da Freguesia, gostaria, realmente, que marcássemos mais uma reunião para “pressionar” de forma a que esta obra fosse uma realidade.”

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações, da seguinte forma.

“Hoje estamos a ter aqui o privilégio de ter, pela primeira vez, uma sessão da nossa Assembleia Municipal, que, pela segunda vez, se realiza fora da Cidade.

Estamos na segunda maior Freguesia do Concelho e, por esse facto, nós temos que saber, efectivamente, se em relação aquilo que se projecta, planeia e executa, se está em sintonia com os anseios das populações desta Freguesia e se, também se está em sintonia com os investimentos que se fazem de acordo com a dimensão, de acordo com as necessidades e de acordo com o número de municípios e, por esse facto, eu provo, hoje, aqui, tecnicamente, que esta Freguesia, desde que eu sou autarca, é a que, a seguir à Freguesia mãe do Concelho, contou com mais investimentos. Contou com investimentos pagos à Freguesia e às colectividades no valor de € 2.092.456,00, mas também contou com a aquisição de terrenos para esta Freguesia no valor de € 572.549,74, mais ou menos 32.733 m² de terreno para o lar, para a fonte da pedra, para o centro cultural, para o gimnodesportivo que já foi adjudicado e que cuja construção está a iniciar-se.

Oferecemos, recentemente, € 160.000,00 por 40.000 m² de terreno, para concluirmos a primeira Zona Industrial do Louriçal que está com pouca actividade, de há uns anos a esta parte, sem novas construções e também estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para que, de facto, haja uma nova Zona Industrial devidamente qualificada, devidamente demarcada, numa zona de referencia indicada pelo Sr. Presidente da Junta, para que, de facto, isso seja possível, e que não haja efectivamente a ideia que não há aqui indústrias por falta de espaço.

Também em relação às empreitadas, tenho aqui um mapa que pedi que fosse distribuído, onde constam obras adjudicadas e em curso na ordem dos € 9.564.000,00.

Quando se fala que esta Freguesia não tem Centro Escolar, devo dizer que se fez um investimento significativo na escola básica do Louriçal, depois reparou-se a escola das Cavadas, reparou-se a escola dos Antões que ficou desactivada, reparou-se a escola da Moita do Boi, reparou-se a escola do Casal da Rola que ainda está a funcionar, e repararam-se outras escolas. A do Outeiro do Louriçal precisa de intervenção, mas era para ter fechado este ano.

Temos pensado no segundo Centro Escolar, para a Freguesia do Louriçal, que é grande, e não podemos estar a transportar os alunos de muita distância, com as consequências que daí advêm. Não queremos obras megalómanas, queremos obras que correspondam à necessidade de aprendizagem dos nossos educandos e que eles se sintam bem e com melhores condições, também não podemos fechar escolas e transferir os alunos para escolas com piores condições que aquelas que se encerram.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação ao Dr. João Cordeiro, eu quero dizer que o gimnodesportivo faz-se, está aqui uma obra por quase um milhão de euros e que já se iniciou. São € 903.000,00 e o custo do terreno foi superior a 100.000,00.

Também se têm melhorado, significativamente, as infraestruturas por todo o nosso Concelho e também se tem vindo a incentivar todas as práticas desportivas, razão primeira, porque nós somos quem tem mais atletas federados na Associação de Futebol de Leiria e talvez, a nível da zona centro, a Câmara que mais subsídios paga para as práticas desportivas.

Também estamos agora a lançar concurso para uma pista de atletismo no nosso Estádio Municipal e por isso é que temos Karaté, temos judo, temos mini golfe, temos andebol, temos futebol, temos todas as modalidades desportivas a serem praticadas.

Isto tudo deve-se à política de desenvolvimento desportivo do nosso Concelho, que é sentida e vivida por todas as Freguesias, pelo muito que se tem feito em termos de compra de espaços, em termos de construção de polidesportivos, em termos de campos de relva sintética, de gimnodesportivos, ultimamente foram quatro e está aí a razão de algumas interrogações que me foram feitas para justificar, efectivamente, a razão de ser da dinâmica desportiva do nosso concelho.

Relativamente à via circular externa, andamos há anos, com o apoio da Junta de Freguesia, a convencer os proprietários dos terrenos para construirmos a via circular da Vila, não tem sido possível. Se eu fosse o proprietário daqueles terrenos deixava construir a variante, os terrenos ficam valorizados para poente em termos de construção, já falei com os proprietários e não os consegui convencer. Temos agora um projecto a ser elaborado pelo GAT e vamos avançar, através do nosso Gabinete Jurídico e Contenciosos para a expropriação deste terreno, mas as expropriações, como todos nós sabemos, não são tão céleres como nós queríamos, e eu gostava até de comprar o terreno por muito mais valor e podermos começar a construir esta variante ainda este ano, no Verão, não é possível.

Os presidentes que passaram antes do actual Presidente de Junta, José Neves, não conseguiram negociar nem convencer os proprietários a vender, eu também não convenci, resta-nos a expropriação.

Há uns anos atrás, já foi muito difícil negociar uns metros de terreno para requalificação do Largo da Igreja Matriz do Louriçal. Foi necessário alienar uns metros de terreno da quinta e também não foi fácil essa negociação e esses metros de terreno foram bem pagos.

Portanto, o pontão da estrada nacional 342 está em Projecto e é da responsabilidade das Estradas de Portugal, já falei com dois ou três directores, prometem-me que vão fazer a obra, nós não a podemos fazer porque não temos competências delegadas.

Quanto ao saneamento básico, o Louriçal já tem aproximadamente 40% da Freguesia servida de saneamento, tem uma candidatura ao POVT que vai trazer mais 30% e depois, os outros 30% também se completam.

A ETAR construiu-se, o saneamento dos Antões, Moita do Boi, e daqueles lugares todos próximos até ao Outeiro do Louriçal e Castelhanas, etc., está há mais de um ano e meio, adjudicado, mas estamos à espera da aprovação da candidatura, mas querem-nos impingir, a toda a força, a aderência a um empresa do Estado.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Fernando Silva, é com satisfação que lhe digo que com a interligação entre a Santa Casa da Misericórdia, na pessoa do Dr. Joaquim Guardado, nós disponibilizámos o dinheiro para pagar o Projecto para a Unidade de Cuidados Continuados de Pombal, disponibilizámos 5.800 m² de terreno urbano, disponibilizámo-nos para pagar a



MUNICÍPIO DE POMBAL

candidatura que não fosse suportada, como nos disponibilizámo-nos para fazer o Lar de Deficientes e outras obras, aqui, no nosso Concelho.

O Centro de Saúde vai ser ampliado, já estamos a pagar o projecto, tivemos que o fazer tomando a responsabilidade do Ministério da Saúde e damos o terreno nas proximidades. Tem-se escrito muito e tem-se feito tanta política demagógica em relação ao Centro de Saúde mesmo dando nós o terreno e o projecto, porque de acordo com a estratégia que tem vindo a ser seguida, a nível da Administração Central, que promete tudo e faz-se aquilo que é contrario às directivas da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em muitos domínios, e as consequências vão ser sofridas pelas gerações que vierem a seguir a mim, e os nossos filhos é que vão pagar a factura que não vai ser fácil de pagar.

Em relação às falhas de energia.

Senhora Deputada, sabe porque é que há falhas de energia?

Eu não vou responder como Presidente de Câmara, mas vou-lhe dar uma resposta como técnico e como conhecedor do que é uma linha de alta tensão, baixa tensão, posto de transformação, porque estudei e tirei esse curso.

Nos últimos anos, não fazemos projectos para Pombal ou para outros Concelhos de Portugal, que se tornam imprescindíveis para renovar equipamentos e aumentar potências.

Nós preocupamo-nos com os investimentos da energia eólica dos Estados Unidos da América, preocupamo-nos com os investimentos de energia eléctrica em Angola e no Brasil, e até a perder, e preocupamo-nos com determinados resultados que , são muito positivos mas não contam com os prejuízos que as micro empresas, pequenas empresas e os electrodomésticos sofrem, ainda há pouco tempo, em Lagos, ficou tudo destruído com uma falha de energia eléctrica.

Em primeiro lugar e como técnico, entendo que primeiro devemos dar qualidade à energia de que os portugueses precisam, a todos os níveis, e depois investia-se nos outros Países.

Quanto ao Rio Arunca, de facto a morte dos peixinhos ocorreu.

Nós tapámos a conduta que pode ser fechada de dia 15 de Maio a dia 15 de Setembro. A água nunca parou no rio mas havia também a água da ETAR, havia muito calor e morreram alguns peixes.

Não sei se a causa foi só da falta de água, se foi de outra, porque há fábricas a seguir à ETAR, e há outras fabricas que são também contaminantes, mas penso que não está ali nenhum crime ambiental. Estive lá com a GNR que veio de Montemor-o-Velho fazer a pesquisa, fazer as análises das águas, até foi bom, fez várias análises a montante e a jusante do açude, até chegar a Almagreira, e agora os resultados das análises hão-de vir, mas eu não vi nenhum peixe morto e fui lá ter com eles para ver se me mostravam algum.

Talvez no próximo ano, havendo a preocupação do ambiente de criar o espelho de água mais cedo e depois de sabermos se, da facto, as descargas das fábricas e as descargas da ETAR estão em condições regulares, para não contribuírem, com o calor, para a morte de qualquer tipo de peixe, porque as causas podem ser diversas e se forem nossas nós assumimos a responsabilidade que nos cabe em relação a isso.

Em relação ao senhor Nascimento Lopes, devo dizer que, a nível de energia eólica, e porque há ninhos de morcegos, nós temos vinte mega watts de energia e devíamos ter cinquenta mega watts. Espero que venha alguém iluminado da agência portuguesa do ambiente e que deixe lá construir mais dez aerogeradores.

Tivemos uma estrada de acesso à pedreira da Sicó adjudicada, e não a podemos fazer porque a CCDR não deixou. Vamos ver se com o PDM, que está em revisão, conseguimos marcar lá duas estradas e se a CCDR e o Instituto da Conservação da Natureza são mais flexíveis e se



MUNICÍPIO DE POMBAL

compreendem que os camiões que passam causam pó, barulho, ruídos, e essas estradas já deviam estar feitas há muito tempo.

Para alguns ambientalistas e fundamentalistas é crime de lesa pátria construirmos uma estrada numa serra, mas eu estive agora num País muito mais desenvolvido que o nosso e vi agregados populacionais tanto nos vales como nos cumes das serras, tudo ordenadinho, vi muitas casas dentro da floresta, dentro de terrenos agrícolas, a Reserva Ecológica, a Rede Natura e a Reserva Agrícola não funcionam lá como aqui, mas há mais qualidade de vida.

Aqui passámos do oito ao oitenta, até a nível da nossa costa, e as consequências também surgirão daqui a dez, quinze ou vinte anos, quando os nossos turistas não tiverem hotéis perto da praia, devido à legislação que nós temos vindo a ter, incompetente, teórica, e irresponsável.”

José Neves, cuja intervenção se segue:

“Em boa hora se pensou na descentralização destas sessões ordinárias, a fim de que as nossas populações, que constituem também o Concelho de Pombal, possam assistir, participar e até sentir os seus anseios mais debatidos.

Na verdade esta Vila que já foi sede de Concelho, entre 1514 e 1855, é sede de Freguesia com uma população estimada em mais de 5.500 habitantes, teve um desenvolvimento acentuado nas últimas décadas e transformou-se já num pólo aglutinador de uma vasta região.

Basta lembrar as indústrias, uma das empresas que tem duas a três centenas de trabalhadores, o Instituto D. João V, o grupo GPS que aqui tem a sua sede, o mercado e feira dominical, ao 4 bancos, 3 farmácias e muitos outros motivos de interesse.

Em jeito de resenha histórica, o Lourçal e um conjunto de pequenos povoados próximos dos campos agrícolas que constituíam a sua fonte de subsistência e de rendimento, foram entregues pelo Rei D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

No Século XIV, em conjunto com uma vasta região, que abrange as actuais freguesias do Carriço, Mata Mourisca, Guia, Ilha e partes de outras circunvizinhas, terras que se designavam como “O Prazo”, foi domínio da Casa de Bragança que a Rainha D. Leonor, viúva de D. João II, fez doação aos Senhores do Prazo, futuros Condes da Ericeira, desde então ficaram ligados ao Lourçal os Menezes, família nobre de linhagem real que veio a traçar o destino histórico do Lourçal, nos últimos cinco Séculos.

Por sua influência foi concedido o foral, por D. Manuel I, em 1514, data da então edificação da Igreja Matriz e um conjunto habitacional ao redor de uma quinta, cujo Senhorio concedeu, no início de 600 uma casa de morada aos pais de Maria de Brito, que veio a ser a Madre Maria do Lado, fundadora das Clarissas do Desagravo, em 1631 e que esteve na génese da construção do Convento.

A partir do início do Século XVIII, o Rei D. João V mandou edificar o convento, cuja Igreja, Monumento Nacional, é considerada uma jóia do estilo barroco, merece uma visita atenta. Tem o convento outros pontos de interesse, como são o claustro, a Casa Museu da Madre Maria do Lado e a Capela do Relicário, recentemente restaurada e mostrada ao público.

Além do espaço físico do Convento, não menos importante, a outro nível, é a comunidade das freiras clarissas que o povoam, quase ininterruptamente, desde há três Séculos, completados fez um ano e cujas comemorações encerraram recentemente, após realização de muitos eventos e estudos levados a cabo por investigadores universitários de diversos pontos do país.

O Convento contribuiu muito para o desenvolvimento do Lourçal.

No momento actual, além do desenvolvimento económico, através do qual esta Freguesia contribui com largas centenas de milhões de euros, para os cofres do Estado e do Município, é bem visível o desenvolvimento social, cultural e desportivo da sua população. Além de Pombal,



MUNICÍPIO DE POMBAL

não existe, no Concelho, outra com tantas colectividades. Várias se podem destacar pelo seu empenhamento, mobilização das pessoas e serviço público. Hoje, quero referir-me em especial a duas:

Esta, a Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Louriçal, em cuja sede estamos hoje reunidos e cuja cedência quero agradecer a Direcção. É uma associação com 53 anos, fundada por pessoas, algumas vivas, já octogenárias, que passa actualmente por grande vitalidade com diversas modalidades desportivas, entre as quais se destacam o futsal com cerca de 160 praticantes, tendo visto, na temporada finda, duas equipas de outros tantos escalões etários, sagrarem-se Campeões Distritais. Praticam-se ainda o ténis de mesa, o karaté e outras.

Além de ansiar há muito pelo pavilhão gimnodesportivo, apresenta estas instalações muito degradadas, uma casa com mais de 35 anos, onde a chuva entra e apodrece as madeiras, necessita de novo telhado e muitas outras obras, pois até esta sala é utilizada para prática desportiva, como se nota nas marcas pintadas no chão.

Outra é a Sociedade Filarmónica Louriçalense, a mais antiga filarmónica do Distrito de Leiria, fundada em 1825, portanto com 185 anos. Muito deve o Louriçal a esta instituição e às pessoas que a têm mantido e renovado. Não tem sede própria e está instalada num espaço cedido que se torna muito exíguo, necessitava de um salão mais amplo com condições acústicas e salas para duas turmas. A grande aposta de renovação está no ensino da música, alunos não faltam, faltam sim as verbas necessárias ao pagamento de professores e à aquisição de instrumentos, fardamentos e deslocações, merece ser apoiada, pois representa um património artístico raro no nosso Concelho.

Estas são apenas duas das colectividades da Freguesia, muitas outras, ao nível da acção social, folclore, entretenimento, cultura e desporto se têm evidenciado, daí que deva realçar uma palavra de apoio ao associativismo.

Senhor Presidente, esta zona do nosso Concelho não é apenas paisagem, merece um investimento e as infraestruturas de que tanto carece, como sejam: centros educativos, melhoria nas acessibilidades, saneamento, passeios e espaços ambientais, espaços de implantação empresarial, espaços desportivos e culturais, protecção à floresta e manutenção de espaços públicos. Encontrando-nos todos na largada deste mandato, importa planear e executar os trabalhos que muitos cidadãos de nós esperam, a fim de que possamos chegar ao final, a par, da prossecução dos objectivos que esperamos alcançar.

Esteja certo, Senhor Presidente, que da nossa parte terá um a colaboração leal, tal como esperamos, aconteça sempre.

Queria desejar que esta Assembleia continue de uma forma ativa, tal como o órgão que nós todos representamos, assim merece.”

Fernando Matias, que usou da palavra como se transcreve:

“Eu queria começar esta minha intervenção, antes de mais, para me solidarizar com o meu colega Nascimento Lopes e, de facto, dizer que, neste País, contam mais os morcegos que os humanos, é verdade.

Eu sou uma pessoa que passeio, com frequência, na Serra de Sicó. É um espaço aprazível, acolhedor e não me cruzei ainda com nenhum morcego em terra, mas é assim, nós temos que sacrificar os humanos, temos que lhes colocar impostos e mais impostos para o asfixiar e, depois, gastamos dois milhões ou dois milhões e meio para comprar uns carrinhos para o Instituto de Emprego e Formação Profissional.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Queria deixar aqui um conselho também ao Nascimento Lopes, eu empresto o TGV porque se o traçado do TGV passar lá, certamente, vai ter a estrada que vai resolver o problema de Pombal e do Barrocal.

Para continuar a minha explanação, queria pedir emprestada uma frase ao Pedro Santos, deputado Municipal e Secretário da Junta de Freguesia do Louriçal, que é: “Não há problemas, nós resolvemos.”

De facto, os Municípios Portugueses e as Juntas de Freguesia resolvem. Fecham farmácias, nós resolvemos; temos péssimos serviços de saúde, nós resolvemos; fecham escolas, não há problema, nós resolvemos.

A vergonha e indignação, no meio disto tudo é, digamos, fazerem as coisas para a imprensa e não falarem com os parceiros, isto é que é a vergonha de um País, isto é que é vergonha de um Governo, e é aí que eu me encontro indignado. Vão para a televisão e dizem: “Meus Senhores, este ano vão fechar as escolas com menos 21 alunos”, sem se preocuparem com mais nada. Não se preocupam em saber se, no terreno, há condições para isso, em saber para onde eles vão e quem é que tem que os transportar, para onde eles vão e quem é que os tem que alimentar, para onde eles vêm e quem é que tem que planear as actividades de enriquecimento curricular, com isso eles não se preocupam.

Até hoje, ainda ontem falei com o Senhor Vereador Dr. Fernando Parreira, para saber se, de facto, a DREC e o Ministério da Educação já tinham dito alguma coisa, nada.

Aliás, vão fazer como em 2007. Havia por aí uma ventania que ia encerrar uma escola e, neste caso, da minha Freguesia, que era a escola do Paço, mas eram rumores. No dia 1 de Agosto, a um mesinho de iniciarmos o ano lectivo, vem a ordem de encerramento, lançada sem questionar os parceiros e depois mais vergonhosa, é que a encerraram e, no dia em que iniciou o ano escolar, ninguém apareceu, nem do Agrupamento, nem da DREC, para dar a cara, para explicar aos pais e para ser questionado, estava lá o Presidente da Junta, porque não há problemas, nós resolvemos e, de facto, resolvemos.

O problema é que temos que começar a ter respeito pelas pessoas que estão no terreno, pelos autarcas, pelas pessoas e pelas crianças. Não podemos, no fundo, lançar medidas avulsas sem sabermos o que custam, em termos humanos, porque às vezes não é o dinheiro, são os sacrifícios das pessoas, as disponibilidades que elas têm, os sacrifícios das Juntas, porque nós sabemos que é muito fácil dizer: “Meus Senhores, a partir deste ano, vai fazer-se o serviço de refeições aos alunos do primeiro ciclo, cada refeição só pode custar € 2,50. Nós temos que pagar ao parceiro € 1,00/€1,20 por refeição, os funcionários, os materiais, os equipamentos, pagam vocês.”

Eu quero dizer que isto deixa muita dívida e põe, em particular, a Freguesia de Almagreira em dificuldades económicas, e sei, muito bem, que põe em dificuldades económicas, muitas das 17 Juntas do Concelho, porque é assim, eles planeiam, dão ordens, mas depois quem paga somos nós. Por último, queria deixar um agradecimento à Câmara e, em especial, ao Sr. Presidente, porque iniciou-se o saneamento em Almagreira. Nós, de facto, estamos a dar os primeiros passos, há quem lute pelos últimos, nós estamos no início mas estamos felizes, porque temos acompanhado, de perto, a obra que está a ser realizada de forma sustentada e competente e responde, também, a uma das grandes preocupações que é, após o saneamento, requalificar a rede viária, isso está a ser feito e quero deixar aqui o meu muito obrigado.”

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“Eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, algo que se relaciona com as taxas de inertes que nós aprovámos, não há muito tempo, nesta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para quem está recordado, a Assembleia Municipal aprovou um valor de € 0,10 por cada tonelada de inertes extraída no nosso Concelho de Pombal, taxa a pagar a Câmara Municipal por qualquer empresa.

Em Dezembro de 2009, esta Bancada requereu ao Sr. Presidente da Câmara informação sobre o valor, em concreto, que estava a ser recebido por esta taxa.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu-nos, em Fevereiro deste ano, dizendo que não estava a ser recebido, pela Câmara Municipal de Pombal, qualquer valor referente a estes € 0,10 por tonelada, dizendo que, para tal, tinha uma justificação, que era a dinamização da actividade económica, da valorização da base produtiva, a consolidação do processo de desenvolvimento económico do Concelho, o incentivo à instalação de empresas, a criação e manutenção de emprego, o apoio para ajudar as pequenas e médias empresas no nosso concelho.

Não questiono a validade deste argumento, mas gostava de saber se a Câmara Municipal tem consciência, se tem o valor exacto do número de toneladas extraídas, em inertes, no nosso Concelho.

Tive o prazer, hoje, de ouvir, da parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, que passam, ou passavam, até 500 camiões por dia, só no Barrocal, portanto, referentes apenas a uma pedreira.

Do meu conhecimento, que em termos técnicos, ao pé dos do Sr. Presidente da Câmara, é muito pouco, mas tenho ideia que um camião levará cerca de 30 toneladas, assim, estamos a falar por dia de 15.000 toneladas o que dá um valor, por dia, de € 1.500,00 e, ao final do ano, estamos a falar de € 550.000,00, sensivelmente. Este é um dado conhecido pelo Senhor Presidente da Junta de Pombal, portanto, para uma pedreira, não estão a ser cobrados € 550.000,00 de taxa de inertes. Mais uma vez, não questiono a validade do argumento apresentado pela Câmara para não cobrar esta taxa. Acredito que seja essencial para o desenvolvimento do Concelho, em termos económicos e como também é dito na justificação de Fevereiro, essencial para a construção de 1.050 quilómetros de asfalto ao longo de dezasseis anos de mandato, acredito que seja realmente essencial, mas também gostava de saber, se o Sr. Presidente da Câmara tem, pelo menos, a noção exacta, de quanto é que, anualmente, estamos a perdoar às empresas que extraem inertes em Pombal, esta era a minha primeira pergunta.

Segunda pergunta. No seguimento do que tem sido discutido, nesta Assembleia Municipal, assuntos que tenho trazido aqui, nomeadamente, o apoio ou incentivo à fixação de empresas no nosso Concelho, se o Sr. Presidente da Câmara, que se queixava de não ter instrumentos, não ter capacidade para ajudar a essa fixação de empresas, tem aqui um instrumento, tanto mais que o invoca, como sendo precisamente o apoio, ora se tem esse instrumento, o que é que está disposto a fazer para ajudar o investimento no nosso Concelho.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara, duas perguntas:

Sabe quantas toneladas de inertes são extraídas, por ano, neste Concelho?

Até onde é que o Sr. Presidente da Câmara está disposto a ir, do que é que está disposto a abdicar, não só a este sector económico, mas a outros, para ajudar à fixação de empresas no nosso Concelho?

Ilídio da Mota, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Quero deixar registo, nesta Assembleia Municipal, da excelente actividade e prestação de serviço público das colectividades da Freguesia de Vermoil, designadamente, o Centro Social Júlio Antunes e o Atlético Clube de Vermoil.

O Centro Social, ao longo do seu percurso de 18 anos, tem desenvolvido um excelente trabalho na área da acção social, prestando actualmente apoio a 84 utentes, tendo o acordo de apoio



MUNICÍPIO DE POMBAL

financeiro da segurança social para 76, a nível de apoio domiciliário, centro de dia, e centro de convívio.

No passado dia 19, inaugurou o Lar de Idosos, para mais uma valência e, nesse mesmo dia, foi lançada a primeira pedra para a construção da Creche para 33 crianças, dos 3 aos 36 meses, o que será uma mais valia para os jovens casais que têm optado por viver em Vermoil, e que enchem com os seus filhos os nossos três jardins de infância e as nossas três escolas do primeiro ciclo, com mais de 200 crianças.

O Lar de Idosos, agora inaugurado, está preparado para 25 utentes, estando muito abaixo da procura que se situa nos 66 pedidos.

Todos os investimentos das infra-estruturas do centro social têm sido suportados pelo Centro Social, com apoios da população, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.

Ao nível da Segurança Social irá contar com um importante apoio, mas apenas para a Creche, no âmbito da candidatura ao programa PARES, a única aprovada, já que foram recusadas as candidaturas para o Centro de Dia e para o Lar.

O Centro Social aguarda, com grande ansiedade, o acordo de apoio financeiro prometido pela Segurança Social para, pelo menos, 17 camas. Espero que isto se venha a verificar pois será a única forma de garantir a sustentabilidade financeira desta nova casa, estou certo que a Segurança Social não os vai desapontar, associando-se, assim, ao serviço social e ao cuidado dos mais desfavorecidos, como é sua missão.

A história do Atlético Clube de Vermoil é de 25 anos de corridas, mas, de há três anos a esta parte, a realidade deste clube da freguesia mudou radicalmente graças a um excelente trabalho de formação que está a torná-lo no principal clube de atletismo do Concelho, e de um dos principais, a nível distrital, tendo conseguindo também afirmar-se a nível nacional e com representantes, também, a nível internacional.

Os números falam por si. Este ano, já conquistaram 5 títulos de campeões nacionais, 2 de vice campeões, 60 títulos de campeões distritais e 48 de vice campeões. O Clube é campeão nacional de marcha atlética em estrada e pratica o atletismo em todas as disciplinas, lançamento de martelo, peso, disco e dardo, saltos de vara, em altura, comprimento e triplo, de velocidade, de barreiras, de resistência, corta mato e obstáculos.

Tem um total de 189 atletas, dos quais 120 masculinos e 69 femininos, entre benjamins, infantis, iniciados, juvenis, juniores, seniores e veteranos. Estes atletas são de várias Freguesias do Concelho de Pombal e de algumas do Concelho de Leiria.

O AC Vermoil dispõe de três carrinhas de transporte, as quais usa para duas deslocações semanais ao Estádio Municipal de Pombal e três ao Estádio Municipal de Leiria, para utilização da pista de atletismo.

Para tudo isto, o AC Vermoil conta com seis treinadores, com formação superior, muito trabalho dos vários elementos da sua Direcção, apoios financeiros dos patrocinadores, da comunidade, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.

Com os apoios que referi, o Centro Social, consegue erguer as infraestruturas que necessita para prestar o apoio social, tão necessário à nossa sociedade. Já o Atlético Clube de Vermoil carece de infraestruturas na Freguesia e até no concelho.

No período do Inverno, esta Câmara Municipal tem disponibilizado a pista coberta na Expocentro, uma excelente infra-estrutura que tem as melhores condições para o atletismo, sendo uma referência, a nível nacional. Já no período do Verão falta-lhes a pista, por isso têm que se deslocar, três vezes por semana, a Leiria, situação que tem elevados custos e que rouba precioso tempo aos atletas, que são, na sua esmagadora maioria, estudantes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sei que o Município de Pombal está atento e está a desenvolver esforços no sentido da construção da pista no Estádio Municipal de Pombal, para muito breve, entretanto disponibilizaram o gimnodesportivo das Meirinhas, prometido para uso das Meirinhas, Vermoil e Carnide, que será certamente criteriosamente gerido pela Câmara, tendo em conta as necessidades do Atlético Clube de Vermoil o qual, espero, que seja devidamente equipado para a prática das modalidades em espaço fechado.

O Concelho de Pombal é rico em associativismo e a freguesia de Vermoil não é excepção, além dos dois exemplos que partilhei convosco, temos outros muito bons, como a Filarmónica Vermoilense, com muitas actividades, e escola de música para mais de 60 crianças, a Associação Desportiva da Ranha e a Associação de Doadores de Sangue, todo o serviço que estas comunidades têm prestado e têm conseguido, graças ao seu empenho, entrega, espírito de missão contributo e dedicação de todos os elementos das suas direcções, por isso os devemos reconhecer, devemos reconhecê-los, agraciando-os, apoiando-os financeiramente e proporcionando-lhes infraestruturas para as suas actividades pois elas, afinal, estão a prestar um serviço à nossa sociedade, a diversos níveis, como social, de formação, educação, cultural e de saúde, entre outros, substituindo-se muitas vezes ao dever de outras entidades do Estado, e até das Autarquias, vindo a proporcionar o melhor dia a dia à comunidade, potenciando uma melhor qualidade de vida e um futuro melhor para todos nós.”

Rodrigues Marques, que fez a intervenção abaixo:

“A Odete Alves, nossa companheira aqui na Assembleia Municipal, levantou uma questão em que eu estou rigorosamente muito à vontade, porque tenho muitos pergaminhos relativamente a essa questão, a EDP.

O Governo, se quisermos assobiar para o lado, não têm capacidade de fazer investimentos porque têm que dar, é disto que estamos a falar, não é outra palavra, aos seus maus administradores, milhões e milhões de euros, sem que eles provem coisíssima nenhuma e, portanto, eu choro porque efectivamente é um mau serviço que a EDP presta, mas eu tenho, e posso provar se for necessário, coisas assinadas por mim, a contestar a política da EDP, os maus serviços que presta, quer na descontinuidade do abastecimento, quer nos micro cortes.

Agora, deixem-me dizer o seguinte: Nesta questão do Lourical, particularmente, que aconteceu há muito pouco tempo, o único Deputado que apareceu no Distrito a tratar, exclusivamente, da questão da EDP, foi o Senhor Dr. Bruno do Partido Comunista, não vi mais nenhum a vir ao terreno e, portanto, é bom que todos nós demos a nossa contribuição para que o Governo, de uma vez por todas, deixe de assobiar para o lado e não faça a asneira que hoje fez, que prejudicou o país com as acções douradas, mas que efectivamente, coloque quem recebe e que não ganha milhões, a fazer investimentos de manutenção naquilo que todos nós pagamos, que é a energia eléctrica e cuja EDP tem o monopólio,

Portanto, Senhores Deputados do Partido Socialista, façam pressão junto do Grupo Parlamentar do PS, como eu tenho feito junto do Grupo Parlamentar do PSD, para colocarem esses senhores na linha, a fazer aquilo que devem fazer e não investimentos na América.

Portanto, eu agradecia à Dra. Odete Alves, que falou no assunto, que faça o favor de dar a sua ajuda neste importante assunto.”

Fernanda Guardado, cuja intervenção se segue:

“Porque me parece digno de registo, a minha intervenção prende-se com os Centros Escolares e os Pólos Escolares.

Em primeiro lugar, queria solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça esta Assembleia Municipal, sobre o ponto da situação das obras nos Pólos Escolares do nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ao fazer este pedido, faz sentido apresentar aqui uma justificação, há anos a esta parte que nos habituámos, os portugueses habituaram-se, a ver alguém com responsabilidades governativas, ao nível da educação, humilhar os professores, desrespeitá-los, desvalorizar o seu trabalho e empenho, muitas vezes realizado em condições adversas e em edifícios escolares sem quaisquer condições, mas por muito que custe a alguém, esse tempo já lá vai, e o nosso Concelho quer mostrar a este Governo e ao País que ainda há quem valorize e respeite o ensino em Portugal e as condições em que o mesmo é administrado.

Por aquilo que me é dado saber, estão a ser construídos Pólos ou Centros Escolares em várias sedes de Freguesia do nosso Concelho.

Parabéns, Sr. Presidente e à sua equipa. Queria apenas obter, da parte do Sr. Presidente, uma confirmação. Se, de facto, isto assim acontece e como é que as coisas estão a decorrer e a concretizar-se?

De facto, podemos dizer que o nosso Concelho entrou no século XXI bem lançado para ser um Concelho de referência, oferecendo às crianças que nele vivem, e aos profissionais da educação que nele trabalham, condições para dar e receber uma formação de qualidade, na verdadeira acepção da palavra, porque é isso que nós esperamos, no futuro.

Com facilitismos não vamos lá, de jeito nenhum, passar do oitavo para o décimo, isto é só um aparte, não é assim que nós vamos formar um Portugal com futuro. Uma câmara que investe na construção de Pólos Escolares, está a preparar o sucesso das gerações futuras, mas um sucesso real e não um sucesso para engrossar as estatísticas de que o Ministério da Educação tanto gosta, estatísticas, estatísticas, sucesso, enfim.

Queria dizer também, aqui, o seguinte:

Aquilo que está mal, na educação, não pode mudar por Decreto, de modo nenhum, tem que ser com obras concretas e reais, pensadas, planificadas, apresentadas como uma realidade, será caso para dizer que o Executivo Camarário está de parabéns, pois o seu investimento na educação é bem real e ao criar, em cada uma das Sedes de Freguesia, um Pólo Escolar, é um exemplo que está a dar aos outros Concelhos e ao País acerca do verdadeiro valor que deve ser dado à educação. Pessoalmente, acredito que a base do desenvolvimento de um país ou de uma região, começa pelos investimentos feitos ao nível da educação. São investimentos que, no futuro, têm retorno e creio que nos vamos orgulhar da formação e da qualidade obtida pelos nossos jovens e crianças, que iniciaram a sua formação nestes Centros, com boas condições de aprendizagem, para que as crianças de hoje sejam verdadeiros cidadãos amanhã.

Posso dizer que, este ano lectivo, constatei, que um dos Centros Escolares já está a funcionar no nosso Concelho e já está a mostrar a qualidade do seu ensino.”

Manuel António, que usou da palavra como se segue:

“A minha intervenção é também nesta área da educação, que é uma área que muito me preocupa, preocupa-me sinceramente o desnorte deste governo PS em Portugal.

Todos os dias temos notícias novas de má governação, em várias áreas, mas vejamos também na área da educação.

Na área da educação não tem havido grande clarividência, isto mais parece, por vezes, que são tiradas algumas ideias de contos de uma aventura, senão vejamos duas situações, em que o processo está a decorrer de forma caótica: o encerramento de escolas do primeiro ciclo e os mega agrupamentos.

O chamado processo de reorganização escolar, não tem por base um critério pedagógico mas sim o argumento da racionalização de meios. Quando fundimos escolas com identidades distintas e se juntam milhares de alunos, centenas de professores, realidades sociais e económicas distintas, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

humanização da educação e o reforço do sentimento de pertença da comunidade é esquecido. Senão vejamos, hoje, dia 30 de Junho, ainda ninguém sabe que escolas do primeiro ciclo pretende o Ministério da Educação fechar, quando já se prepara o ano lectivo 2010/2011, já se inscreveram os alunos os professores afectos às escolas e, supostamente, pessoal auxiliar, as Câmaras e as Juntas repararam escolas e salas de aula, planeiam os transportes escolares, etc.

O reordenamento da rede escolar que o Ministério da Educação pretende, e que tem por objectivo, vejam lá bem, no nosso País, 900 escolas do 1.º ciclo, 500 já para este ano lectivo e, estamos no dia 30 de Junho e ninguém sabe o que é que vai ser fechado, ainda ninguém disse, por exemplo, aqui, no Concelho de Pombal, relativamente à ideia de fechar as tais escolas com menos de 21 alunos, quais é que vão fechar, eu jugo que isto é mesmo o desnorte.

Os mega agrupamentos são só boatos é rumores, mas esses rumores preocupam-me, os mega agrupamentos juntam cerca de 3.000 alunos à volta de uma estrutura directiva, é outro dos desígnios do Governo, mas ninguém sabe muito bem que escolas, ou que agrupamentos, é que se vão fundir, quem é que os vai gerir, etc.

Aqui, no Concelho de Pombal, ainda se fundiram dois agrupamentos, ou melhor duas escolas, num único agrupamento, a figura do director tomou posse há seis meses, andamos todos em eleições, e já estamos a alterar a estrutura directiva, ou seja, ninguém se entende na educação, tudo isto que o colega, Presidente de Junta, o Fernando Matias, falava, acerca do papel que as autarquias têm, as de “tapar o sol com a peneira” e que aqui a minha colega Dra. Fernanda Guardado também disse, vem daquilo que a Câmara Municipal e os Municípios do País, têm feito, para incentivar a para dar cobertura aos encerramentos e à construção dos Pólos Escolares que, muitas vezes, nem sequer têm financiamento.

Assistimos a este desnorte, as pessoas já estão na rua. Pais, alunos e professores, desde o Algarve ao Minho.

Eu sou vou dar aqui um exemplo: No concelho de Seia, poderá acontecer o mesmo aqui e dou o exemplo do Concelho de Seia porque tem oposição do PS local, contra o Governo, contra a medida do Governo de criar estes mega agrupamentos.

Estão-se a tentar juntar quatro agrupamentos escolares num único, que são quase 3.000 alunos mais de 400 professores e mais uma centena de funcionários, isto é ingerível, só quem não conhece o meio da educação é que não percebe esta preocupação.

E para terminar, Senhor Presidente da Assembleia, no Concelho de Pombal ninguém sabe o que é que vai acontecer, só há rumores, pelo que faço hoje, aqui, um alerta aos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Pombal, nomeadamente ao Agrupamento de Escolas de Pombal, ao Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, ao Agrupamento de Escolas da Guia, e à Secundária de Pombal, para estarem atentos à implementação hadoc destas medidas, de modo a que aí se defenda, para Pombal, um ensino de qualidade, humanizado de forma a evitar a instabilidade na educação no nosso Concelho.

Américo Ferreira, cuja intervenção se transcreve:

“Esta minha intervenção já vem um pouco atrasada, é relativa a uma intervenção, na última Assembleia, que o Dr. Carolino apresentou e de que eu discordei.

Não tive, na altura, tempo para responder, não tive a palavra, mas ainda vim a tempo.

Eu trabalhei com quatro presidentes de Câmara, até este momento, o Eng.º Almeida, o Eng.º Guilherme, o Dr. Carolino e o Eng.º Narciso Mota, não sou formado em direito nem em gestão, mas tenho uma grande formação de trabalho e progresso, por isso, o Dr. Carolino na sua intervenção da aprovação do Orçamento, teve a coragem de dizer que, quando era Presidente de Câmara, a oposição do PSD votava sempre contra, não é verdade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Todos os Presidentes de Junta votavam a favor de todos os orçamentos que foram apresentados pela Câmara Municipal, e “coitados” dos Presidentes de Junta que votassem contra, estavam entregues à “bicharada”.

Por isso, tenha paciência, Sr. Dr. Carolino, eu isso não deixei passar, não me esqueci, e não gostei dessa intervenção.

Também não gostei daquilo que o seu colega Victor disse, sobre o Rio. O Senhor conhece Pombal há quantos anos? O Senhor devia ter conhecido o Rio de Pombal quando o Eng.º Narciso Mota foi eleito para a Câmara, é que ele hoje é uma montra de flores, comparado com o que era, na altura.”

Sérgio Gomes, que fez a intervenção abaixo:

“A minha intervenção é rápida e tem haver com uma situação que me diz respeito a mim e as pessoas que moram na zona onde eu sou residente, que é a aldeia do Casalinho, Barrocas, Melga, etc., e prende-se com a, até agora, pista de aeromodelismo, transformada, parece-me, em Centro de Meios Aéreos.

Não sei se é bem assim, o assunto sempre foi um bocado tabu e, digamos, que gostava que me esclarecesse sobre esta situação, se esta situação é provisória, ou se estão previstas obras de ampliação daquelas instalações, porque, digamos, acima de tudo devia ser preservado o sossego e a boa vivência das pessoas ali residentes. Foi-lhes imposta uma situação estando elas, digamos, neste momento, extremamente contrariadas com aquele aparato que por ali se está a passar, e que, em condições normais, durará de Maio a Setembro, que é a época interventiva dos fogos florestais, em que os meios serão mais necessários.

Queria apenas saber quais as pretensões para aquele local e se, efectivamente, aquilo é para continuar ali, porque havia outras soluções, digamos, de forma a que mais pessoas pudessem retirar algum rendimento daquela zona que podia ser aproveitada para outras situações, que beneficiassem todos os munícipes do Concelho e todos os habitantes da Cidade de Pombal, porque aquela instalação que ali está feita não se enquadra na zona onde está colocada.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia, **José Grilo**, deslocou-se à Bancada para usar da palavra, presidindo o Primeiro Secretário, o que fez da seguinte forma:

“Isto não é, propriamente, dois em um, mas é para suprimir uma falta que eu sei que não consigo suprimir, que é a falta do meu colega João Coucelo.

Eu estou solidário com ele, identifico-me ideologicamente com ele e, nestas questões de Saúde, jogamos a par e passo com o bem estar da população do nosso Concelho e Concelhos limítrofes, e porque ele, por inerência de profissão, não pôde deixar a urgência do Hospital de Pombal, mandou uma mensagem para que fizesse eco de algo que o preocupa a ele e preocupa-me a mim também.

O Hospital de Pombal está em maus lençóis, não sei se não terá a sua existência ameaçada.

O Hospital de Pombal está sem médicos, acaba de perder dois excelentes internistas que pediram transferência para outros hospitais e, quem é cliente do Hospital de Pombal, já sentiu isso na pele, e outros três ameaçam seguir o mesmo caminho.

Não me vou intrometer, aqui, nas razões fortes que prendem estas tomadas de decisões, porque têm a ver com a gestão e com o pessoal que lá trabalha, mas isto é comum, não só a médicos, como também a enfermeiros que manifestam o seu descontentamento, mas não é para aí que eu levo o meu dialogo.

A minha contestação, neste sentido é que, realmente, se os médicos internistas saem do Hospital de Pombal, a urgência fecha.

A urgência, neste momento, é uma mais valia que todos nós ali temos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A urgência do Hospital de Pombal serve 60.000 pessoas do Concelho de Pombal e está, neste momento, a vender, deixem-me dizer, serviço aos Concelhos limítrofes do nosso Distrito de Leiria. A urgência do Hospital de Pombal é um “Ai Jesus”, daquela gente que se desloca a caminho de Coimbra e que, a meio do caminho, podem parar para resolver o seu problema, em Pombal.

Nós, e eu aí tenho o grato prazer de estar nesse lugar, estou no fim de linha, e que estou no Hospital dos Covões, sei perfeitamente o valor da urgência do Hospital de Pombal. Sei que nós precisamos da urgência do Hospital de Pombal.

Para quem gere, para quem está habituado a gerir, feliz ou infelizmente, faço por isso há nove anos, sei como é difícil congregar as peças, sei como é difícil motivar as pessoas para se manterem no seu local de trabalho, sei que é cada vez mais difícil agradar aos nossos utentes, ou clientes, para os nossos doentes, é difícil, esforçamo-nos, ficamos sempre insatisfeitos, mas achamos que o Serviço Nacional de Saúde é bem conquistado com o 25 de Abril.

Eu continuo a acreditar, piamente, no Serviço Nacional de Saúde e continuo-o a apresentar como o baluarte, como o estandarte do 25 de Abril. Quero defender o Serviço Nacional de Saúde e não quero que o Hospital de Pombal se apague, mas quero a democracia entre naquela casa.

Permitam que o Conselho que foi nomeado, que tem representante das autarquias, funcione. Permitam que essas pessoas que foram eleitas, venham a tomar posse.

Permitam dar descanso a esta Assembleia e que esses representantes, ali presentes possam ajudar a administração.

Eu não estou aqui numa hostilidade política contra este ou contra aquele Partido, a mim interessa-me a eficiência e a eficácia de um serviço que achamos indispensável e necessário, estamos preocupados, está preocupada a bancada do PSD, estão preocupados os meus amigos de todos os Partidos Políticos, alguns aqui presentes, com quem falo.

Não tenho peias em discutir este assunto, porque interessa-me sobretudo, o Concelho de Pombal, a Saúde do Concelho de Pombal, interessa-me a saúde desta gente.

Para quem me conhece, e estou cá há duas legislaturas, sabe que uma das minhas primeiras petições, foi definir o que se passa com o Concelho de Pombal.

Neste momento, o Hospital de Pombal não tem uma área definida, tanto podem caminhar para Leiria, como podem caminhar para os Covões, como podem caminhar para o Hospital da Universidade.

Ainda ontem fazíamos contas e, por cada doente que é enviado para o Hospital dos Covões, eu dou prejuízo ao Estado, tendo a possibilidade de o internar no Hospital de Pombal, de cerca de € 300,00 por dia, isto é dinheiro, isto é mau, isto está mal feito.

Esta Assembleia, e muito bem, tem clamado contra isto e, em Outubro ou Novembro, o Senhor Dr. João Coucelo fez uma petição ao Presidente da Assembleia, no sentido de que a ARS se renunciasse, viesse a terreno discutir o problema do Hospital de Pombal, saber o que é que se pretende fazer, posso dizer-lhes que não tivemos resposta nenhuma.

O DR. João Coucelo, na última Assembleia voltou a frisar este assunto.

Eu não estou aqui a substituí-lo nem garanto, exactamente, que ele pense aquilo que eu penso, sei que estamos emanados no mesmo pensamento que é a solidariedade e é a ajuda à nossa terra. Fiz seguir, como Presidente da Assembleia, essa petição para a ARS. Não temos resposta.

Posso dizer-vos que sou amigo de todos os elementos que estão na Administração da ARS, pelos quais tenho imensa consideração, mas não posso chegar ao pé das pessoas e perguntar porque é que não nos recebem, porque é que não vêm até nós, resolver os problemas do Hospital de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Penso, como Presidente da Assembleia, que é necessário a Assembleia tomar uma posição e informo que, que na próxima Assembleia, um dos pontos da ordem de trabalhos será a Saúde no Concelho de Pombal e, só se o executivo tiver um volume de documentos em discussão, que o não permitam, é que me obrigarei a convocar uma Assembleia Extraordinária para discutir este assunto.

Temos um hospital mas vão reformar-se, até ao fim do ano, mais três médicos de família, se temos dezassete extensões, em muito boa hora criadas, as extensões vão extinguir-se, nós temos as unidades que temos e é importante a Unidade de Saúde da Família, nós apoiamo-las.

A Senhora Administradora do Centro de Saúde de Pombal dinamizou a Unidade de Saúde Familiar que vai juntar a Guia, o Carriço, a Ilha e a Mata Mourisca, vão ver se conseguem, com metade dos recursos humanos aquilo que quatro médicos faziam, ver se um e meio dois médicos conseguem fazer isso, eu sei que é necessário dinamizar as unidades de saúde familiar, mas tenho medo que, ao nível de cuidados primários de saúde, não consigamos.”

Nesta altura, e já de regresso à presidência da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às várias interpelações, como se segue: *“Em relação ao Dr. João Coelho, que fala, efectivamente, na produção de centrais de britagem, quero dizer o seguinte:*

Nós nunca aplicámos os € 0,10 por tonelada porque, quando isso foi ventilado na Associação Nacional de Municípios, os industriais das pedreiras de Portugal, através da sua associação, movimentaram-se no sentido do recurso aos meios judiciais para se certificarem que essa taxa era ilegal.

Em nenhum Concelho, salvo erro só na Batalha, é que houve alguns industriais que pagaram durante uns tempos essa taxa, que era para entrar em vigor, em todo o território nacional.

Nós sabemos que temos centrais de britagem de basalto, de granito, de calcário, de calhau rolado, e sabemos que a capacidade de produção desses britadores, e eu já montei varias pedreiras e fui responsável pela gestão delas, em termos de utilização, manutenção e de produção, se for granito, basalto e calhau rolado, não temos britadores, mas se for uma pedreira de calcário pode produzir de 250 até 600 toneladas.

Nunca a Direcção Geral de Geologia e Minas nem o Ministério da Economia tiveram uma estatística realista daquilo que é a produção de inertes, a nível nacional, não só da parte de inertes, mas brita um, brita dois, brita três e tout-venant.

Quando falo em determinada estatística, a estatística é, muitas vezes, forjada, é viciada, é puro engano nós basearmo-nos nesta estatística porque tem a haver com produção, a facturação, a falta de fiscalização e, para sabermos a produção real das pedreiras de Portugal, dos barreiros e dos areiros deveríamos ter um controlo, mas isso implica custos, implica controlo e a Direcção Geral de Geologia e Minas e o Ministério da Economia não têm, sequer, hipótese de saber e controlar isso.

É preciso saber analisar as coisas e é preciso basearmo-nos na experiência de vida e no conhecimento que as pessoas têm de qualquer tipo de actividade para podermos falar, com propriedade, em relação a ela.

Eu falo com propriedade em relação àquilo que é a minha actividade profissional nas empresas de obras públicas que legalizava, montava e acompanhava as centrais de britagem, desde Chaves até Vila Real de Santo António.

Essa taxa seria contraproducente, para o nosso Concelho, se ela fosse aplicada e se fosse legal e se nós a tivéssemos cobrado, portanto, Pombal não se desenvolve à custa das pedreiras que cá existem, nem das saibreiras, nem dos Barreiros, porque essas empresas também estão, de certo



MUNICÍPIO DE POMBAL

modo, ligadas ao sector da construção civil e o sector da construção civil está a mandar centenas de trabalhadores para o desemprego,

Foi dito que o Louriçal não tem nenhum Centro Escolar, mas foi o primeiro a construir-se, gastámos € 180.000,00 na escola do 1.º ciclo do Louriçal, gastámos dinheiro na escola da Moita do Boi, gastámos dinheiro na escola das Cavadas, gastámos dinheiro nos Antões.

Temos de fazer outro Pólo Escolar, não na sede da Freguesia mas, se calhar, algures ali para o lado da Moita do Boi.

Nada é estático, as coisas são dinâmicas e temos de estar em sintonia com isso, mas construímos um pólo escolar em Carnide, que já está a funcionar e nem um cêntimo teve de apoio, porque se tinha iniciado a escola e pago a primeira factura e depois, ao fazer a candidatura, foi reprovada, mas tivemos candidaturas para a Fonte Nova - Pombal, para Albergaria dos Doze, para Abiul, para a Redinha, para os Vieirinhos e agora temos uma mais para São Simão.

Já fechámos mais de 40 escolas, querem que se fechem mais umas 10 ou 20, nós temos que ter condições para receber os alunos dessas escolas, temos que ir à Mata Mourisca, temos que ir à Ilha, temos que ir à Guia, porque depois ficamos com um Concelho a crescer em que, no campo da educação, não dá igualdade de oportunidades e de condições aos alunos das 17 Freguesias, espero que haja apoio.

Os meios aéreos, Sr. Dr. Sérgio, nós comprámos cerca de 100.000 m2 de terreno nos Caseirinhos, a vários proprietários, poucos terrenos estavam amanhados e poucos lá estão. Há lá um Senhor que tem 70.000 m2 e quer vendê-los à Câmara, se calhar ainda vamos comprar esse terreno para construir lá um ponto de água natural, pôr lá os ralies todo-o-terreno e ampliarmos a pista de forma a fazermos lá o campeonato europeu de aerodelismo e o campeonato do mundo.

Já tivemos lá 200 países, Pombal projectou-se a nível da modalidade desportiva de aerodelismo e tem continuado, estamos a construir uma pista de aerodelismo no Carriço.

Houve problemas na pista de Fátima e todos os meios aéreos que lá estavam deixaram de ter pista e pediram à Câmara Municipal de Pombal para criarmos ali um Centro de Meios Aéreos, para ir para lá o pessoal da helipista do nosso Parque Industrial. Está lá um avião canadair que leva duas toneladas de água e temos lá uma pista com 840 metros de comprimento mas é para ficar com um quilómetro.

Podem praticar aerodelismo, asa delta e termos lá, na época de verão, um helicóptero e um ponto de água e com os aviões os nossos fogos não se propagam à velocidade a que se propagaram em 2005, em que arderam 100 km2 de floresta.

Estava tudo abandonado, agora, vêem ali uma faixa de terreno, vêem a drenagem das valas muito bem feita, vêem aquilo tudo ordenado e é um crime de lesa pátria, em termos ambientais.”

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou a votação a inclusão de mais pontos ao período da Ordem do Dia, tendo a Assembleia aprovado a alteração à Ordem de Trabalhos, por unanimidade, ficando a mesma a ter o seguinte teor:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Remodelação/Ampliação da ETAR de Pombal - Declaração de Interesse Municipal para efeitos de Enquadramento no Regime Jurídico da REN;**
- Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Constituição de Juizes Sociais - Biénio 2010-2012 - Decreto Lei n.º 1566/78, de 30 de Junho;**
- Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Boavista, Freguesia de Redinha;**
- Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Outeiro do Louriçal, Freguesia do Louriçal;**
- Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal – Reconhecimento da necessidade de recrutamento de trabalhadores para ocupação de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados;**
- Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010.**

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Colocada a informação do Senhor Presidente a discussão, não houve qualquer intervenção, pelo que se passou ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Remodelação/Ampliação da ETAR de Pombal - Declaração de Interesse Municipal para efeitos de Enquadramento no Regime Jurídico da REN.

O Senhor Presidente das Assembleia colocou este assunto a discussão, tendo-se inscrito:

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“Senhor Presidente, se me permite, eu gostaria apenas, em primeiro lugar, por uma questão de limpeza do processo, e porque entendo que fui interpelada directamente pelo Eng.º Rodrigues Marques, de tecer apenas algumas considerações.

Eu acho muita piada ao Eng.º Rodrigues Marques e, de facto, já estamos habituados aos seus ímpetos politiquieiros, a maior parte das vezes, exagerados, contudo, saiba Senhor Eng.º Rodrigues Marques que, muitas vezes, as consequências naturais desses exageros são, precisamente, desviá-lo da realidade e, quando me pede para, junto da minha Bancada, obter colaboração no sentido de chegar junto da EDP, foi isso mesmo que nós fizemos.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** solicitou que a intervenção se cingisse ao assunto em discussão, pelo que a **Dra. Odete Alves**, continuou, como se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“O Partido Socialista aprova evidentemente esta proposta e até a aplaude, desde logo porque se trata de uma questão que nós consideramos de manifesto interesse público, pelas razões que estão elencadas na acta da reunião ordinária de Câmara, do passado dia 22, que nos foi remetida, as quais denotam uma necessidade premente na execução desta mesma obra, para assim garantir o bem estar da população a estes níveis.

Contudo, depois de analisarmos detalhadamente o documento que nos foi enviado, há uma série de situações que nos preocupam e, portanto, gostaríamos de formular ao Senhor Presidente da Câmara, aqui presente, uma série de questões que consideramos importantes e até convenientes esclarecer nesta Assembleia.

Perguntamos, em primeiro lugar, se a dificuldade, ou as dificuldades que a actual ETAR tem demonstrado em cumprir os valores limite de emissão de VLE, está a criar constrangimentos na ligação de novos ramais ao colector e, nesse caso, gostaríamos de saber quais as redes de saneamento que não estão ligadas por via desta incapacidade?

Gostaríamos ainda que nos fosse explicado como é que a Câmara está a resolver, ou a gerir, estas limitações?

Por outro lado, saber qual o volume de efluentes domésticos e industriais que não vão ser tratados até que sejam concluídas estas obras, uma vez que a actual ETAR está, claramente, numa situação de incapacidade, e como é que vão ser tratados os efluentes, quer os domésticos, quer os industriais, até à conclusão das obras?”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu o seguinte:

“A nossa ETAR foi a primeira que foi construída em Pombal e começou a funcionar em 1995. Antes da ETAR que foi construída de acordo com as exigências técnicas, todos os esgotos do nosso Concelho e da nossa Cidade eram despejados, a céu aberto, no rio Arunca.

Tínhamos perspectivado que determinadas indústrias como a Sumolis e a Indumape, deveriam ter ETAR's para tratamento dos seus efluentes não saturando a nossa ETAR.

Chegou-se à conclusão, depois de se analisarem rigorosamente os parâmetros de tratamento e os compostos que tinham que ser neutralizados, vindos dessas indústrias e vindos da rede doméstica, que seria mais vantajoso, para a Câmara, ampliar aquela ETAR, actualizá-la, e, depois, aplicarmos a taxa de saneamento de acordo com os metros cúbicos de efluentes líquidos a tratar e debitar esses valores a essas empresas.

Pôs-se a hipótese de comprarem terreno, 100.000 m² que o Município lá tem, mas a Sra. Vereadora Dra. Paula Silva que é bióloga e que está a fazer doutoramento, acompanhou a situação e sugeriu que era muito mais económico e vantajoso, com estudos e parâmetros devidamente aferidos, se os efluentes fossem tratados directamente na nossa ETAR, mas com uma complementaridade em termos de ampliação de instalações, com outros equipamentos, e com esse pré tratamento, no sentido de, quando os efluentes chegarem ao Rio estarem completamente neutros, foi isso que aconteceu.

Está em andamento a concepção e construção de uma ETAR que tenha esses requisitos e até fomos visitar uma, a Espinho, que serve três ou quatro Concelhos, mais moderna que a nossa.

Já temos uma ETAR construída no Lourical, temos outra na Guia, interrompeu-se agora a construção porque a empresa abandonou a obra mas outra empresa do consórcio vai acabá-la e vamos, brevemente, iniciar outra ETAR em Almagreira.

A ETAR de Pombal vai ser preparada para, com a sua ampliação, tratar de todos os efluentes que venham desde Albergaria dos Doze até Pombal, os dos nossos Parques Industriais e de toda a população da Freguesia de Pombal, que tem mais de 20.000 pessoas. Tudo isto está a ser



MUNICÍPIO DE POMBAL

equacionado para que a ETAR seja redimensionada e para não termos, nos próximos 10, 15 ou 20 anos, necessidade de a ampliar, com a certeza que, efectivamente, há controle, há rigor, não há incompatibilidade daqueles efluentes que vêm dessas indústrias ligadas ao ramo alimentar em relação aos domésticos e para que não haja, em termos ambientais, qualquer problema.

Esta obra foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara. É necessária, está devidamente estudada pela Dra. Paula Silva que é de parecer que façamos esta aposta, em termos biológicos, em termos ambientais e em termos de percentagens dos azotos, dos fósforos e dos outros químicos que fazem parte dos efluentes que lá são despejados e que têm que ser neutralizados.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, declarar o interesse Municipal da obra de Remodelação/Ampliação da ETAR de Pombal, para efeitos de Enquadramento no Regime Jurídico da REN.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Constituição de Juizes Sociais - Biénio 2010-2012 - Decreto Lei n.º 1566/78, de 30 de Junho.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito o seguinte membro:

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“Não me sentia bem com a minha consciência, pessoal e profissional, se não fizesse apenas um apelo para as pessoas que vão agora ser nomeadas Juizes Sociais. Efectivamente, no desempenho das minhas funções profissionais, tenho lidado com esta realidade, noutra Concelho, e a minha experiência, apesar da minha idade não me permitir ter muita, tem-me demonstrado que o parecer, ainda que não vinculativo, destes Juizes Sociais, nalguns processos de atribuição da tutela de alguns menores, ou de outra ordem, são encarados pelos Juizes como um parecer quase vinculativo, ficará por definir o valor da Lei nesses processos mas, de qualquer forma, é muito atendida a opinião das pessoas envolvidas, nomeadamente, dos Juizes Sociais, e portanto, em nome pessoal, já que não posso obrigar a Assembleia a associar-se a este meu apelo, apelo à seriedade, ao empenho e ao profissionalismo, vamos dizer assim, tanto quanto possível, destes Juizes Sociais, na ponderação de todos os bens em causa, de todos os direitos em causa e, acima de tudo, dos interesses superiores da criança em cada um desses processos.

É o apelo que eu lanço às pessoas que vão agora ser nomeadas Juizes Sociais deste Concelho.”

Colocado este ponto a votação foi a Constituição de Juizes Sociais, para o Biénio 2010-2012, aprovada por unanimidade e por minuta.

2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Boavista, Freguesia de Redinha.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Colocado este ponto a discussão, não se verificou qualquer inscrição.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocada a desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Boavista, Freguesia de Redinha a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Outeiro do Louriçal, Freguesia do Louriçal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Colocado este assunto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia:

José Neves, Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, cuja intervenção se segue:

“Eu tenho conhecimento deste caso.

O Sr. Presidente da Câmara enviou um Edital à Junta de Freguesia para ser afixado, por 20 dias, na sede da Junta de Freguesia e também no Local.

Eu penso que há qualquer coisa que falha, no sentido de que a própria Junta, a meu ver, também devia ser ouvida.

No caso, em concreto, trata-se de um troço de um antigo caminho que veio a ser desafectado, devido à construção do IC8. A solução encontrada de passagem inferior desse dito caminho, a meu ver foi uma solução muito mal encontrada. Trata-se de um caminho que faz ligação entre lugares bastante povoados da freguesia do Louriçal, como o Outeiro do Louriçal, a Moita do Boi e Santo António.

Tendo ouvido já diversas pessoas, moradores do Outeiro do Louriçal, moradores de Moita do Boi, - ainda há pouco, o Sr. Presidente da Câmara, falava acerca dos Pólos Escolares, na hipótese da construção de um Pólo Escolar na Moita do Boi - não existe ligação entre a Moita do Boi e o Outeiro e ali seria um ponto de ligação, e eu penso que a solução seria neste local, que aqui se propõe desafectar e que, inclusivamente, já há uma resposta de um particular, mas que cita apenas o interesse particular, portanto, aqui o que está em causa são interesses particulares e eu vejo que interesse público na procura de uma solução de ligação entre Moita do Boi e o Outeiro e até entre Santo António e o Outeiro.

Eu vou votar contra, porque não foi ouvida a autoridade local, isto passou muito discreto à população, e acho que o processo deveria ser muito melhor conduzido.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, nesta altura, propôs retirar este ponto da ordem de trabalho **Armando Carolino**, cuja intervenção se transcreve:

“Quanto a esta situação, eu corroboro exactamente a sugestão do Sr. Presidente da Câmara, há qualquer coisa que não funcionou bem, em termos legais.

Na realidade, se há um edital afixado, se há um prazo de 20 dias para reclamar, diria que qualquer pessoa pode reclamar dentro desse prazo, mas se o Executivo aceita e o próprio Sr. Presidente da Câmara aponta para a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos, mas a minha Bancada ia votar contra, por solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta do Louriçal.

Entretanto, para evitar algum constrangimento legal, e uma vez que o Executivo é o próprio a sugerir-nos a retirada deste ponto, nós, Bancada do Partido Socialista, subscrevemos e agradecemos a sugestão na íntegra, até para ela ser, talvez, trabalhada melhor, porque há maneira de o poder fazer.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou o seguinte esclarecimento:

“Bem, não obstante a retirada do ponto, a Junta de Freguesia recebe o Edital para o publicar, o Sr. Presidente da Junta publicou o Edital durante estes dias e não dirigiu qualquer parecer negativo nem nenhuma informação à Câmara, no sentido de demonstrar que não estava em sintonia com a desafecção, aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara, fazendo-o apenas aqui.

Na dúvida, havia fundamento legal para a gente aprovar isto, como aprovou por unanimidade, mas o Senhor Presidente da Junta apresentou aqui uma observação e, democraticamente, vamos retirar este ponto da agenda de trabalhos.”

O Senhor Presidente da Junta do Louriçal solicitou à Mesa da Assembleia que o ponto 2.5 da ordem do dia fosse retirado.

Colocada esta proposta a votação, foi deliberado, por unanimidade, retirar o Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção de um troço de um antigo caminho, no lugar de Outeiro do Louriçal, Freguesia do Louriçal, da ordem de trabalhos, para análise e posterior deliberação.

2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal – Reconhecimento da necessidade de recrutamento de trabalhadores para ocupação de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão a proposta da Câmara, previamente distribuída por todos os membros da Assembleia, e cujo teor se transcreve:

“Ponto 16 – Mapa de Pessoal – Reconhecimento da necessidade de recrutamento de trabalhadores para ocupação de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados.

Foi presente à reunião a proposta do Senhor Presidente que a seguir se transcreve:

“PROPOSTA

Mapa de Pessoal – Reconhecimento da necessidade de recrutamento de trabalhadores para ocupação de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados / Artigo 23.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril

Considerando que:

- 1. Decorre do Artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que “Face aos mapas de pessoal, o órgão ou serviço verifica se se encontram em funções trabalhadores em número suficiente, insuficiente ou excessivo.”, sendo que, “Sendo insuficiente (...), o órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 [do Artigo 7.º, isto é, sem prejuízo da verba decidida para os encargos com recrutamento de trabalhadores], pode promover o recrutamento dos necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa.”;*
- 2. Estabelece, o Artigo 4.º, n.ºs 1 e 2, do referido Decreto-Lei n.º 209/2009, que “No caso previsto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 (...) [acima citado] o recrutamento nas*



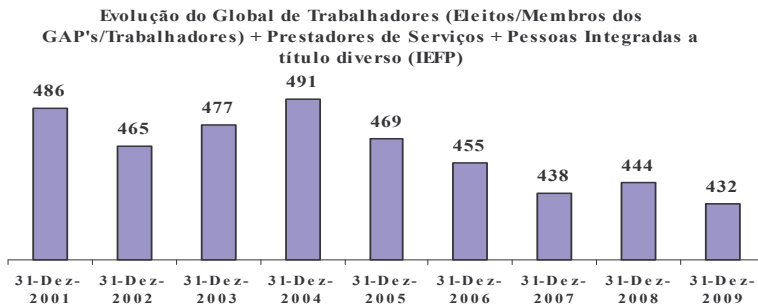
MUNICÍPIO DE POMBAL

- condições aí previstas é precedido de aprovação do órgão executivo.”, sendo que, “O sentido e a data da deliberação referida (...) são expressamente mencionados no procedimento do recrutamento.”;*
3. *Do total de postos de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal deste Município para o ano 2010, identificam-se, nas listagens anexas, organizadas por associada relação jurídica de emprego público, aqueles relativamente aos quais se entende promover o recrutamento de trabalhadores com vista à sua ocupação, por – atentas as necessidades permanentes e temporárias da generalidade das unidades orgânicas dos Serviços deste Município – se reconhecer que o número de trabalhadores em funções é insuficiente;*
 4. *As necessidades temporárias referenciadas ao recurso da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (certo) ou determinável (incerto) têm subjacente a não evidência de se tratarem de necessidades permanentes;*
 5. *Foi decidida verba para encargos com recrutamento de trabalhadores necessários, tendo-se fixado a afectação do montante máximo de 80.000,00€ para o ano 2010;*
 6. *Da proposta de reconhecimento da necessidade de recrutamento de trabalhadores para ocupação de alguns postos de trabalho, aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara de 17 de Setembro de 2009, apenas foram submetidos a despacho, a abertura de dez procedimentos concursais, com respeito pela regra estatuída no n.º 1, do Artigo 23.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril (LOE 2010), que impõe que “O recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência deve observar a regra de recrutamento de um trabalhador por, pelo menos, duas saídas por aposentação, exoneração, demissão, despedimento ou outra forma de desvinculação.”;*
 7. *O n.º 2, do mesmo Artigo 23.º, da LOE 2010, estabelece que “A emissão do parecer previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, fica condicionada à demonstração da observância, por cada órgão ou serviço, do cumprimento do disposto no número anterior [acima citado], podendo, em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, e ponderada a evolução global dos recursos humanos (...)” do Município “(...) ser emitido parecer favorável ao recrutamento em número superior ao previsto no número anterior [acima citado].”;*
 8. *Na mesma linha estatui – o mesmo para as Autarquias Locais – a alínea b), do n.º 11, do Artigo 23.º, em referência;*
 9. *Os recrutamentos a que se referem os n.ºs 1 e 2 daquele Artigo 23.º, da LOE 2010, acima citados, “(...) não podem implicar uma despesa total com os encargos mensais com os trabalhadores admitidos superior à que resultaria com os encargos mensais com os trabalhadores saídos.”;*
 10. *Para efeitos do n.º 4, conjugado com o n.º 11, ambos do Artigo 23.º da LOE 2010, é de registar que:*
 - a. *Nos termos do Balanço Social 2009 (BS), a evolução global dos recursos humanos demonstra, claramente, que o Município de Pombal tem vindo a diminuir significativamente o número de trabalhadores ao seu serviço (vide quadro infra –*



MUNICÍPIO DE POMBAL

cfr. pág. 4 do BS), em claro contraste com o aumento de actividade que se tem verificado nos diversos serviços do Município;



- b. No que concerne a saídas, no decurso do ano 2009 e do corrente ano de 2010, até ao presente momento, relativamente ao total de trabalhadores do Município de Pombal, registaram-se 28 saídas por motivos de aposentação, morte, caducidade, revogação ou exoneração do contrato de trabalho;*
- c. No primeiro quadrimestre do ano de 2010, deram entrada nos serviços, 16 pedidos de aposentação por parte de trabalhadores do Município de Pombal, que aguardam pronúncia por parte da Caixa Geral de Aposentações;*
- d. Números, estes, que, face à tendência decrescente de recursos humanos, são críticos para a generalidade dos Serviços desta Autarquia, e, por isso, premente a sua substituição;*
- e. O novo edifício legislativo, associado ao recrutamento e selecção de pessoal, veio tornar menos célere e menos ágil a admissão de trabalhadores, o que contribuiu para a morosidade do recrutamento por parte do Município o que justifica, em parte, que só ora se tenha procedido à autorização da abertura dos procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores reportados a necessidades já de 2009;*
- f. As necessidades que ora se juntam – tal qual as anteriormente reconhecidas –, reflectem a carência de recursos humanos nos sectores de actividade a que se reportam e a sua indispensabilidade para a não ruptura ou paralisação dos mesmos;*
- g. Não se pode colocar em causa a abertura e funcionamento de vários equipamentos municipais abertos ao público, nem tão pouco, se pode pôr em causa o início do próximo ano lectivo;*
- h. A imprevisibilidade de ocupação dos postos de trabalho, em apreço, por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial, tendo-se suscitado, igualmente, o recurso a instrumentos de mobilidade geral, nomeadamente, dentro do mesmo órgão ou serviço, o que nem sempre se tem verificado viável face à invocação, por parte da generalidade das Unidades Orgânicas, de anunciado prejuízo da prestação de serviços ao nível do patamar da prossecução do interesse público;*
- i. O recrutamento a que se alude, assume relevante interesse público para garantia da normal e indispensável prestação de serviços, por parte do Município de Pombal, nos seus diversos domínios de actuação, em actividades e infra-estruturas de apoio aos municípios.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Decido, no uso da competência que me é conferida pela alínea a), do n.º 2, do Artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, (i) propor ao órgão Câmara Municipal delibere aprovar se proceda ao recrutamento de trabalhadores com vista à ocupação dos postos de trabalho identificados nas listagens anexas, (ii) após o que, sendo este o sentido da decisão deste Órgão, no uso da competência que decorre, designadamente, da alínea c), do n.º 11, do Artigo 23.º, da LOE 2010, se remeterá a presente ao Órgão Assembleia Municipal, com vista a que – atenta a competência que lhe está conferida por força da alínea a), do n.º 11, daquele mesmo Artigo 23.º e atentos os fundamentos constantes, nomeadamente, no ponto 10 supra, registados na esteira, designadamente, dos n.º 4 e 11, ambos do mesmo preceito legal em referência – emita – por reporte aos procedimentos cuja abertura foi já autorizada e aos que ora se propõem – parecer favorável ao recrutamento nos termos e para os efeitos previstos no n.ºs 6 e 7, do Artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008 – isto é, possibilidade de proceder ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, em caso de impossibilidade superveniente de ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho por aplicação do disposto nos n.ºs 4 e 5, do referido Artigo 6.º – nos procedimentos em que, por verificação da circunstância supra, tal for aplicável, em número superior ao da regra do recrutamento de um trabalhador por, pelo menos, duas saídas (cfr. o citado n.º 1, do Artigo 23.º, da LOE 2010), atenta a faculdade prevista na parte final do n.º 2 e alínea b), do n.º 11, ambos do Artigo 23.º, da LOE 2010, no limite do estatuído no n.º 3, deste mesmo Artigo, também acima citado, isto é, em termos que não implique uma despesa total com encargos mensais com os trabalhadores admitidos superior à que resultaria com os encargos mensais com os trabalhadores saídos. “

As listagens a que a proposta supra se refere, dão-se por reproduzidas e ficam arquivadas nos serviços respectivos.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, supra transcrita.”

Inscreeveu-se para usar da palavra o membro **Fernando Carolino**, cuja intervenção se segue:

“Esta minha intervenção tem que ser dividida em duas partes que são as seguintes:

A Bancada do Partido Socialista de Pombal reconhece a necessidade do recrutamento de trabalhadores, reconhece, efectivamente, o trabalho que é desenvolvido pelo pessoal que pertence aos quadros de funcionamento da Câmara Municipal de Pombal, reconhece todo o labor que lá é transmitido e efectivamente reconhece também que houve ou há necessidade de substituir quem sai, nomeadamente, 28 elementos, a juntar os 16 pedidos que foram já apresentados, neste primeiro semestre, para aposentação, mas tem que discordar, com um certo sentido da forma como é apresentada esta proposta.

Em sede de reunião de câmara, o Dr. Fernando Parreira justificou, junto dos Vereadores do Partido Socialista, a necessidade de rapidamente serem enquadrados estes concursos para, num próximo futuro de início escolar, haver, efectivamente, pessoal suficiente para garantir todo o bom funcionamento e toda a lisura que é necessária para se proceder a essa situação.

No entanto, nessa altura, não foram apresentados documentos nenhuns aos Vereadores, documentos esses que, mais tarde, vêm a aparecer.

Ora a votação dos nossos Vereadores, na altura e perante a explicação que foi dada em sede de reunião de câmara e pelo Sr. Vereador Dr. Fernando Parreira, foi que, efectivamente, aceitavam essa situação, mas depois de analisados os documentos começamos a ver que não é só essa situação, ou seja, houve aqui algo que terá falhado, ou a documentação, ou a explicação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu não posso ajuizar da explicação que foi dada pela Vereação, não estava presente, posso sim colocar a minha análise perante os documentos que me são apresentados e, efectivamente, há aqui situações que me colocam em dúvida e que gostaria, se fosse possível, que o Sr. Presidente da Câmara pudesse responder. São quatro singelas questões e começo pela primeira:

As dificuldades que foram encontradas e que motivaram o diferimento do tempo entre a deliberação da Câmara, no dia 17 de Setembro de 2009, e o despacho de 17 de Maio de 2010, ou seja, 8 meses de diferença entre uma situação e outra? Qual é o justificativo deste diferimento no tempo de uma situação que a Câmara já tinha aprovado e que só agora, 8 meses depois, é que apresenta, para esta Assembleia votar?

Estes concursos vão servir para legalizar uma efectiva prestação de actividade, os lugares que aqui são apresentados, estão ou não ocupados? Vai haver uma nova assunção de funcionários públicos para a Câmara Municipal de Pombal? Há, em particular, duas situações que eu gostava de esclarecer e têm a ver com os juristas que vão ser admitidos, por concurso. São mais 3 juristas, o que me coloca a questão de que, se temos mais 3 juristas na Câmara Municipal de Pombal, qual é o sentido, ou o que é que faz sentido? Termos dois Gabinetes de Advogados avençados pela Câmara Municipal de Pombal, ou seja, das duas uma, ou os juristas não são advogados e é uma grande diferença entre uma situação e outra, ou, efectivamente, estamos a ficar com advogados a mais e a gastar dinheiro a mais, numa altura em que a contenção de despesas não cabe só ao Governo, mas também às Câmaras Municipais,

Finalmente, a última questão que gostava de colocar é, se esse concurso, essas pessoas que vão ser admitidas, esses 59 elementos novos, não vão sofrer uma deslocação - perdoem-me aqui esta caracterização - do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Pombal para o Quadro de Pessoal das Empresas Municipais, nomeadamente, quer da ETAP quer da PMU? “

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

“Senhor Deputado o que tenho a dizer é que, efectivamente, e o Senhor é jurista, tenho aqui três Vereadores que são juristas, e tenho consultas jurídicas por avença porque, de mandato a mandato, de década a década, vou-me apercebendo que a nossa legislação cada vez é mais abstracta, mais teórica e até mais incompetente e para a interpretar é preciso muito estudo, gastam-se muitas energias.

A nível da legislação da educação, da justiça e da contratação pública, para se interpretar aquilo que o legislador quer que seja interpretado, porque tem várias interpretações e que, se calhar, só o Gabinete que elabora essa legislação é que tem competência para a interpretar.

Eu costumo dizer que, nos anos 70/80, interpretava o contrato colectivo da construção civil, lia-a uma vez e sabia aquilo que devia de fazer em termos de progressão de carreira e em termos de classificação de todo o quadro técnico a que estava adstrito, ligado às oficinas, ligado às empresas, lubrificadores, contadores, torneiros mecânicos, etc., etc.

Hoje tenho dificuldades em interpretar a legislação, até sobre a SIADAP, e temos gasto muito dinheiro, muitas energias, para que, de facto, se cumpra com a lei, para não metermos o pé na argola.

A Lei foi alterada e está, sistematicamente, a ser alterada, em relação ao recrutamento de pessoal, e agora temos essa prerrogativa mas não implica que se admita este pessoal e que se vá aumentar o Quadro de Pessoal da Câmara, gradualmente, e conforme as necessidades fica feito, porque têm que sair três funcionários para entrar um.

As Empresas Municipais são um veículo de absoluta necessidade que as autarquias têm de ter, porque não posso pagar horas extraordinárias ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal que



MUNICÍPIO DE POMBAL

vão proceder a uma limpeza ou eliminar uma rotura de água a um domingo, ou a um sábado, assim como nos transportes urbanos.

Este é um país que legisla mas não é a pensar nem no desenvolvimento do país nem na criação de mais postos de trabalho, é a pensar só em alguns e a legislação que é aprovada, e que vem do Terreiro do Paço, obriga a que se gastem dezenas de energias.

Os professores andam revoltados porque têm dificuldades em interpretar a legislação, em termos de classificação, e o Estado de direito que a gente tem ainda não se apercebeu disso.

Antigamente, classificávamos os trabalhadores da Câmara, agora é reuniões para tudo, é a classificação dos chefes, depois é uma comissão de 15 ou 20 pessoas em torno de uma mesa a cumprir com aquilo que a Lei nos recomenda, gastam-se energias e não se produz nada, neste País, por isso mesmo.

Portanto, meu caro Senhor Deputado e distinto Jurista, isto é imprescindível para que, de facto, a gente ponha a funcionar o Gabinete Jurídico e Contencioso, estava lá uma Senhora que está a substituir um Director de Departamento e nem sequer está no Quadro ainda. Temos muita gente, há 7 e 8 anos, a trabalhar na Divisão de Obras Públicas e na Divisão de Águas e Saneamento que ainda não está no Quadro, porque a Lei não nos tem permitido.

Esta é uma hipótese de integrarmos alguns que já estão a trabalhar, mas têm que concorrer, depois vêm os disponíveis do Estado, que não têm condições nenhuma para trabalhar cá porque são de Lisboa, mas vêm à espera de ter um emprego, porque todo o pessoal dos GAT's está disponível, está no desemprego.

Este País não vai a lado nenhum, porque fomentou o desemprego, fomenta a desmotivação, fomenta a injustiça social.

O que aqui está não foi inventado por mim, foi analisado por juristas com conhecimento de Direito do Trabalho, estão-nos a dar esta prerrogativa, mas não é para aumentar o Quadro de Pessoal da Câmara, é para resolver muitos problemas que existem e que eu sinto no dia a dia.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer a necessidade de recrutamento de trabalhadores para ocupação de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados e, nestes termos, emitir parecer favorável ao respectivo recrutamento, conforme constante em (ii) do parágrafo último da proposta da Câmara supra transcrita.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão este ponto, cuja deliberação de Câmara, a seguir se transcreve, foi previamente distribuída por todos os membros:

“Ponto 21 – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010.

Foi presente à reunião uma informação/proposta do Senhor Presidente de Câmara, que se transcreve:

“Mapa de Pessoal para o Ano 2010

(Artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro)



MUNICÍPIO DE POMBAL

1.ª Alteração

O presente documento e anexo constituem a proposta da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2010, aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada a 11 de Dezembro de 2009 e sessão da Assembleia Municipal celebrada a 29 de Dezembro de 2009.

Esta proposta de alteração, que se propõe ora no uso da faculdade insita no Artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que procedeu à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (diploma que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações - LVCR), alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril, visa consubstanciar:

- 1. A conversão de um posto de trabalho associado a ocupação por Assistente Técnico, por meio de contratação a termo resolutivo certo (CTR), no Departamento de Planeamento Urbanístico/Divisão de Urbanismo, ao nível da função Planeamento Urbanístico, em posto de trabalho a exercer por Técnico Superior, por meio de contratação por tempo indeterminado (CTI), no mesmo Departamento de Planeamento Urbanístico, ao nível da função Sistemas de Informação Geográfica; e,*
- 2. A ampliação da área de formação académica ou profissional associada a um posto de trabalho de Técnico Superior, CTI, inscrito ao Departamento Urbanístico/Divisão de Urbanismo, em termos que se não reporte apenas a Arquitectura, mas a esta ou Arte Edificatória ou estudos de Arquitectura ou Arquitectura de interiores.”*

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2010.

Mais deliberou, por unanimidade, submeter a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Não se tendo verificado qualquer inscrição para usar da palavra, passou-se à votação, tendo a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2010, sido aprovada por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: